

Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército

JOSÉ LIBERAL DE CASTRO (*)

Sumário

O presente trabalho procura divulgar e analisar alguns mapas relativos ao Ceará e à cidade da Fortaleza, pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico do Exército. Aproveita o ensejo para comparar o material preservado naquele Arquivo com a relação de cartas arroladas no Catálogo de Cartas Históricas da Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, editado em 1953, bem como procura fazer um cotejo com a lista de mapas que constituíam a desaparecida Coleção Studart.

O trabalho oferece comentários sobre o material pesquisado, incluindo como complemento elucidativo a apresentação de fotografias de algumas cartas de alto significado para os estudos cearenses, guardadas no Arquivo Histórico do Exército e datadas do início e de meado do século XIX. Conquanto citadas por alguns historiadores cearenses, essas cartas somente agora estão sendo publicadas.

O presente trabalho procura divulgar e analisar alguns mapas relativos ao Ceará e à cidade da Fortaleza integrantes do acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Como nota prévia, impõe-se esclarecer que o valioso conjunto cartográfico, ora posto à disposição dos pesquisadores, procede da antiga Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, conforme pode comprová-lo rápida consulta feita ao *Catálogo de Cartas Históricas*, editado pela citada Diretoria em 1953. Também se deve dizer que cópias do mesmo material já figuravam na coleção de cartas organizada pelo Barão de Studart, hoje desaparecida.

Ante a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de manuseio do material relacionado por essas duas mencionadas fontes,

(*) - Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

assume, pois, elevada importância o acervo do Arquivo Histórico do Exército, seja por se tratar de uma das raras coleções com que se pode contar presentemente seja pelo fácil acesso para consultas. Por tal razão, decidimos divulgar a relação completa dos desenhos pertinentes ao Ceará preservados no aludido arquivo militar, agregando-lhes comentários elucidativos pertinentes.

Em termos de enquadramento cronológico, deve-se preliminarmente advertir que as cartas cearenses guardadas no Arquivo Histórico do Exército datam dos anos iniciais do século XIX, correspondendo à época de autonomia administrativa do Ceará, até então dependente do governo de Pernambuco. Boa parte do conjunto mapográfico em análise resultou, na verdade, dos esforços de Bernardo Manuel de Vasconcelos, o primeiro governador da Capitania autônoma (1799/1801), e de um dos seus sucessores, Luís Barba Alardo de Meneses (1808/1812), ambos militares de carreira, fato que aliás explica a tramitação e o destino final das cartas.

Admite porém o autor que, para facilitar o entendimento, os comentários devem inserir-se numa faixa cronológica de maior amplitude, requerendo eventuais referências a cartas cearenses mais antigas, do século XVIII, preservadas em arquivos portugueses, embora tal decisão possa ocasionalmente embaralhar a linha expositiva desenvolvida no trabalho.

Para melhor percepção visual, foram apresentadas algumas fotografias das cartas, à guisa de ilustração explicativa. Em alguns casos, a pouca clareza dos desenhos, prejudicando em particular a leitura das legendas, explica-se não apenas pela vetustez de muitos mapas mas, principalmente, pela pouca habilidade técnica do fotógrafo amador, autor do trabalho.

1 Estudos fortalezenses de evolução urbana

Os estudos de Evolução Urbana recorrem à cartografia como um meio de comprovação objetiva das transformações físicas conhecidas pelas cidades. No caso da capital cearense, é pena, o passado não nos legou um rico acervo documental gráfico, fato explicável pela pouca importância da cidade na rede urbana do

País durante os oitocentos, importância aliás relativa ainda até nas primeiras décadas deste século XX.

Os mapas mais antigos da cidade propriamente dita datam à volta de 1810 (ver nota 23), consequência do interesse econômico então despertado pela vila. Interesse aliás tardio, pelo menos em termos de cronologia brasileira, contudo e de qualquer modo, ocorrido praticamente quando da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional. No fim de contas, a necessidade de elaboração de cartas, como se vê, comprova que a pequena Fortaleza cedo começava a colher benefícios da condição de capital de capitania autônoma desde 1799 bem como a de porto por onde passava a se escoar a recente produção cearense de algodão. Uniam-se, pois, já naqueles dias, funções administrativas e comerciais, até hoje responsáveis pela vida econômica da cidade.

Os mapas, ora em análise, referem-se portanto mais ao porto, ou melhor, à batimetria da bacia marítima fronteira do que propriamente ao conjunto urbano, então diminuto. Embora escassas, as poucas indicações cartográficas oferecem importantes informações quanto ao processo de ocupação do solo e à aparência física da vila, aglomeração humana à qual, estrangeiros que a visitaram na época, não atribuíam mais do que mil e duzentos moradores.

Antes de penetrarmos no objetivo desta comunicação, concernente ao acervo cartográfico do Arquivo Histórico do Exército, conviria porém explicar-se o que significam a Coleção Studart e o Catálogo de Cartas Históricas da Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, acrescentando-se algumas informações sobre o Arquivo Histórico do Exército.

2 A Coleção Studart

Em sua notável *Geografia do Ceará*, publicada na Revista do Instituto do Ceará de 1923 e 1924, o Barão de Studart fez incluir um longo capítulo intitulado *Cartographia, Mappas, Cartas etc / referentes ao Ceará* (t. 37, 1923, p. 335-384), em que arrola 162 cartas alusivas ao território cearense.

Na quase totalidade, os desenhos faziam parte da mapoteca particular do historiador, sem dúvida, das mais valiosas entre quantas foram montadas no País. Infelizmente, ou por dispersão ou por destruição, após o falecimento de Studart em 1938, ocorreu o desaparecimento do precioso acervo cartográfico.

A coleção era praticamente composta de cópias, fossem executadas por cartógrafos fidedignos fossem gravuras ou transcrições litográficas. Abrangia ampla faixa temporal e espacial, quer dizer, compunha-se de mapas antigos e contemporâneos (até 1922) bem como compreendia cartas em bom número alusivas unicamente ao território cearense ou à cidade da Fortaleza. Havia também desenhos referentes a várias partes do País, conquanto, neste grupo, avultassem os registros da costa norte-brasileira, outrora conhecida por "costa leste-oeste", na qual o Ceará se situa.

Fontes para reconstituição da Coleção Studart

O desaparecimento da Coleção Studart é fato lamentabilíssimo, agravado com a constatação de que o historiador nem sempre se preocupava com relacionar as entidades onde estavam arquivados os originais dos desenhos. As tentativas de localização dos originais do material coligido por Studart hão de constituir árdua tarefa de pesquisa, embora os atuais processos reprográficos facilitem a extração de cópias. Em quaisquer instâncias, permanece a possibilidade de recomposição apenas parcial da coleção, com trabalhos que se teriam de desenvolver nos setores especializados de inúmeras instituições, tais como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Mapoteca do Itamarati, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, o Arquivo Histórico do Exército e também em arquivos outros de serviços federais pertinentes a setores como agricultura, portos, correios, combate às secas etc. A procura das cartas poderá ainda estender-se a repartições localizadas no próprio Ceará, quer no âmbito federal (especialmente no DNOCS) quer em serviços estaduais especializados. Documentação gráfica de interesse do período colonial também deve ser investigada em arquivos portugueses, designadamente no Arquivo Histórico Ul-

tramarino, no Arquivo da Torre do Tombo e no Museu Militar (Museu de Artilharia), todos com sede em Lisboa.¹

Apesar de não empenhado em reconstituir a Coleção Studart, sempre que nos depara ensejo, vimos tentando ampliar nossos registros, buscando, quando possível, obter cópias de desenhos. Entretanto, por força das limitações impostas por interesses profissionais imediatos, temos restringido o nosso interesse direto apenas à cartografia urbana fortalezense e, por extensão, ao Ceará, neste caso, do século XIX.²

3 Os arquivos militares

A Diretoria do Serviço Geográfico do Exército

Nossas pesquisas concernentes à matéria têm conhecido paralisações e avanços, mesmo porque, a rigor, os trabalhos desse jaez nunca se encerram. De certo tempo, vimos lançando nossas vistas para os arquivos militares brasileiros, opulento repositório da mapografia antiga do País, designadamente com relação às cartas do começo do século XIX.

A fim de se julgar a valia desse acervo, basta lembrar que da lista de trabalhos exibido em 1881 na Exposição de História do Brasil, realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, provavelmente a primeira montada no País, bom número de cartas então divulgadas

¹ Outras instituições portuguesas também poderão fornecer informações pertinentes, em particular sobre assuntos militares. Entre muitas, citamos a Direção dos Serviços Históricos Militares, o Arquivo Geral do Exército, o Arquivo Geral da Marinha, o Museu da Marinha, a Biblioteca Central da Marinha, a Biblioteca Nacional, a Biblioteca da Ajuda, o Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, o Centro de Estudos de Cartografia Antiga, o Centro de Geografia do Ultramar, a Sociedade de Geografia de Lisboa.

² Ver, do autor, *Cartografia Urbana Fortalezaense na Colônia e no Império e outros comentários*, trabalho publicado em 1982, que oferece subsídios à matéria. Hoje, mais informações poderiam ser acrescentadas àquele texto em consequência de posteriores pesquisas integradas no cotidiano do autor, em sua antiga vida de docente universitário interessado nos estudos de História da Arquitetura / Evolução Urbana.

procedia dos arquivos militares (ver Catálogo da Exposição da História do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional, 1881-1882).³

Quase na sua totalidade, aquele patrimônio gráfico de origem militar apresentado na citada exposição de 1881 pôde ser novamente visto mais de meio século depois, em 1953, na *Primeira Exposição Geral do Exército*. Nessa mostra, organizada pelo Ministério da Guerra / Secretaria Geral / Administração do General Canrobert Pereira da Costa, foram exibidas 1.474 cartas, pormenorizadamente relacionadas, conforme registra o respectivo catálogo da exposição, intitulado *Catálogo das Cartas Históricas da Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército / Primeira Exposição Geral do Exército*. Imprensa Militar, 1953.⁴

Esse inventário de cartografia militar, quer antiga quer contemporânea, permaneceu por longo tempo na sede da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, localizada na Fortaleza da Conceição (Rua Major Daemon / Morro da Conceição, Rio de Janeiro). Como a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército hoje tem sede em Brasília, quase todo o material antigo guardado naquela unidade militar⁵ foi transferido para o Arquivo Histórico do Exército.

³ A propósito do destino dado ao material exposto na Exposição da História do Brasil, em 1881, assinala o Major Lincoln Freire de Carvalho, Diretor do Serviço Geográfico do Exército na época da organização do Catálogo (em 1951): "Sabe-se que uma grande parte do material ficou na própria 'Biblioteca Nacional', que outra foi distribuída ou redistribuída aos expositores, como o 'Arquivo Nacional', o 'Ministério das Relações Exteriores', o 'Museu Imperial', o 'Museu Histórico', o 'Arquivo Nacional', a 'Biblioteca da Marinha', o Estado-Maior do Exército, e outros mais." (Catálogo, p. 6)

⁴ "Quem manusear os documentos arquivados na Mapoteca do S.G.Ex., sente logo a quantidade de reproduções, por processos vários, tiradas dos 'originais' da Exposição de 1881.....", afirmava o Major Lincoln Freire de Carvalho na apresentação do Catálogo das Cartas Históricas da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, datada de 12.3.1951 (Catálogo, p.5). A *Primeira Exposição de Geral do Exército* ocorreu em 1950; o Catálogo foi preparado em 1951 mas somente publicado em 1953. Na ocasião, foram expostas 32 cartas históricas, selecionadas no acervo da Diretoria do Serviço Geográfico, direta ou indiretamente relacionadas com o Ceará.

⁵ Conquanto ao autor agradasse percorrer os espaços vetustos da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, onde continua a funcionar a regional da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, e fosse atencioso o atendimento, o novo

O Arquivo Histórico do Exército

O *Arquivo Histórico do Exército / AHEx* (Casa da Memória do Exército) é uma instituição criada com a finalidade específica de congrega toda a documentação antiga do Exército, desenvolvendo “atividades divididas em duas vertentes: uma administrativa e outra histórico-cultural”. Um prospecto de divulgação distribuído pelo AHEx esclarece: “O Arquivo Histórico do Exército (AHEx) originou-se do Conselho das Índias, criado em Portugal no ano de 1604. Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil foi instituído, a 7 de abril de 1808, o Real Archivo Militar, por decreto do Príncipe Regente D. João. / Em 8 de março de 1934, foi instituído como Organização Militar, com a denominação de Arquivo do Exército. Em setembro de 1986 passou a chamar-se *Arquivo Histórico do Exército*”.⁶

Observação pormenorizada do acervo do AHEx, estabelecida por via de um cotejo com a relação de cartas incluídas no citado Catálogo Geral das Cartas Históricas, de 1953, evidenciará por certo alguns desencontros, os quais poderão vir a ser dirimidos quando todos os serviços estiverem informatizados. Serão então desfeitas algumas dúvidas, permitindo talvez o reaparecimento de peças cearenses ainda não localizadas, pois, se há desenhos de outros

endereço dos arquivos militares passou a evitar o cansaço de subir a pé a ladeira íngreme do Morro da Conceição, em penoso esforço, quer ao sol quer à chuva, tal a falta de interesse dos motoristas de táxi em efetuar o transporte...

⁶ O Arquivo Histórico do Exército localiza-se no 6º andar do Palácio Duque de Caxias, sede do Quartel-General do Comando Militar do Leste / Rio de Janeiro. Oferecendo todas as condições de conforto e prestativo atendimento, estão ainda previstas maiores facilidades às consultas tão logo fiquem os serviços totalmente informatizados, o que facilitará sobremodo a obtenção de cópias de desenhos. O Arquivo Histórico do Exército funciona sob a direção competente do Coronel Jorge Alexandre Tarragó, cujo manifesto interesse pelas atividades dos freqüentadores se demonstra com a própria supervisão pessoal, que faz, dos serviços de consulta. O autor mostra-se reconhecido às gentilezas de que foi alvo no ambiente acolhedor do AHEx durante sua recente temporada de pesquisas e agradece em particular a atenção que lhe foi dispensada pelo seu operoso Diretor.

Estados nas gavetas ditas do Ceará, também pode talvez ter ocorrido o oposto.

Presentemente, das listas do Arquivo Histórico do Exército referentes ao Ceará constam 46 desenhos. Em bom número, representam obras de arquitetura, ou melhor, referem-se à Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Assumem porém especial relevo para os estudos mapográficos várias cartas pertinentes ao Ceará e à sua Capital, algumas das quais se inscrevem como as mais antigas entre quantas chegaram até os nossos dias, cartas datadas dos dois anos finais do século XVIII e dos anos iniciais do século XIX. Neste passo, é bem verdade, convém lembrar que na Coleção Studart havia desenhos cujas datas antecedem as daqueles conservados no AHEx,⁷ muitos dos quais ainda não conseguimos localizar, nem em originais ou nem mesmo em cópias. Por outro lado, deve-se considerar o fato de que a Coleção Studart também não possuía cópias de *todas* as cartas cearenses, quer levantadas em passado mais distante ou quer em período mais recente.⁸

⁷ Trata-se de cartas do século XVIII, sobre as quais oportunamente faremos algumas considerações. No rol desses desenhos mais antigos, devem ser relacionadas a carta "Nº 17 - Costa do Cyará grande da ponta do Mocuripe até Jacaracanga. 1745"; a carta "Nº 19 - *Relação dos Corregos e Riachos* do Ceará, por José Coutinho dos Santos. 1753"; a carta "Nº 20 - *Mappa do interior do Ceará*, por Jeronymo Mendes da Paz remetido a 5 de Fevereiro de 1754 ao governador Luis José Correa de Sá". Studart também se refere a uma carta "Nº 22 - *Mappa Geographico* da Capitania do Ceará, delinhado no anno de 1800 por Marianno Gregorio do Amaral". Este *Mappa*, que nunca vimos, há de ser contemporâneo de uma outra carta, citada no presente trabalho sob o título *Capitania do Ceará, dividida pelo Campo Illuminado a Cor*, provavelmente desconhecida por Studart, que a não incluiu em sua relação.

⁸ Conhecemos cartas de suma importância não mencionadas pelo historiador. Algumas delas estão citadas em nosso trabalho *Adolpho Herbster e a forma urbana da Cidade da Fortaleza*, publicado na Revista do Instituto do Ceará, 108/1994.

4 Relação de cartas e desenhos guardados no AHEx

Concluídos estes esclarecimentos preliminares, necessários à melhor compreensão do texto, transcrevemos os títulos de cartas e desenhos relativos ao Ceará, exatamente conforme constam registrados no cadastro do AHEx. Para mais claro entendimento, decidimos relacioná-las por ordem cronológica, dividindo-as em dois grupos, por sua vez formados de subgrupos, conforme nos permitimos expor:

4.1 - CARTAS DE INTERESSE DIRETO PARA COM O PRESENTE ESTUDO

a. cartas relativas ao espaço geográfico cearense

- 002 - Capitania do Ceará s/d
- 003 - Carta demonstrativa da Capitania do Ceará - 1810
- 006 - Carta topográfica da Capitania do Ceará - 1812
- 001 - Carta Geográfica do Ceará - 1831
- 019 - Mapa geográfico da Província do Ceará - 1854
- 006 - Carta topográfica do Ceará - 1892

b. cartas referentes à Vila / Cidade da Fortaleza e adjacências

- 012 - Arx in Siará s/d
- 014 - Plano aproximado da enseada da Villa da Fortaleza-1810
- 038 - Planta do Porto do Ceará - 1832
- 052 - Prospecto da Vila de Fortaleza de N.S. Assunção ou porto do Ceará
- 075 - Prospecto do Porto da Villa da Fortaleza
- 077 - Planta da cidade da Fortaleza Capital da Província do Ceará

c. cartas geográficas cearenses de áreas reduzidas, sem reflexos em formas urbanas.

- 007 - Barra do Jaguaribe - 1825

- 008 - Barra do Timonha - 1825
- 039 - Enseada e barra do Parazinho - 1825
- 044 - Barra do Acaracu - 1870
- 065 - Mapa topográfico da Comarca do Crato s/d

4.2 - CARTAS SEM INTERESSE DIRETO PARA O PRESENTE ESTUDO

d. cartas não cearenses

- 013 - Castrum Mauriti s/d
- 041 - Planta parcial de Juazeiro s/d
- 044 - Planta da estação telegráfica e pequena colônia militar do Capim Branco
- 045 - Planta do Forte de Sta. Teresa

e. cartas do século XX

- 012 - 3º Distrito de Artilharia da Costa s/d
- 005 - Serra do Araripe - 1922
- 003 - Mapa do Estado e da Cidade de Fortaleza do Ceará
- 004 - Carta topográfica e administrativa da Província do Ceará - 1849
- 016 - Carta do trecho do Estado do Ceará - 1909
- 006 - Mapa da Viação dos Estados do Piauí e Ceará - 1929

f. cartas de edificações

- 004 - Planta da Fortaleza de N. S. da Assunção
- 005 - Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção na Província do Ceará
- 007 - Planta da Fortaleza de N.S. Assunção no Porto do Ceará
- 008 - Planta Geral da Fortaleza de Assunção e suas dependências
- 010 - Planta da Fortaleza de Assunção Ceará

- 012 - Inspeção do Brigadeiro Tibúrcio - planta de uma latrina para a Fortaleza de N.S. Assunção no Ceará
- 014 - Planta de uma latrina para a Fortaleza de N.S. da Assunção
- 016 - Projeções horizontais do baluarte oriental da Fortaleza de N.S. Assunção no Ceará
- 017 - Idem ao de nº 16
- 020 - Perfis das muralhas a reparar no baluarte direito da Fortaleza de N.S. da Assunção
- 022 - Fortaleza de N.S. da Assunção - perfis das faces do baluarte ocidental da mesma
- 024 - Projeto de um paiol de pólvora destinado à Capital da Província do Ceará s/d
- 028 - Quartel do Ceará
- 030 - Planta do Quartel do 1/2 [15º ?] Batalhão da Província do Ceará
- 033 - Projeto de um sobrado para o quartel do KBAT [15º. BAT?] de Infantaria
- 034 - Projeto para reparo e modificação e parte da latrina do Quartel do 15º BI

g. cartas gerais, de outras fontes ou não consultadas

- 003 - Geographia Prite [?] dos Provincia Ceará
- 022 - Mapa da Cerra do Araripe - 1822
- 066 - Plano da Costa do Brasil desde o Ceará até a ilha de S. João 1790

Nem todas as cartas guardadas no AHEx são originais, como já foi dito, fato aliás compreensível. Não se deve aliás esquecer de que os profissionais encarregados de executar os levantamentos raramente dispunham de condições para elaborar *in loco* os respectivos desenhos consoante padrões mínimos de qualidade. Assim, era comum enviarem rascunhos para alguma repartição militar onde os pudessem transcrever de acordo com as normas gráficas vigentes. Este fato explica porque poucas vezes os desenhos trazem a assinatura do próprio executante do levantamento, embora

quase sempre explicitem o nome do autor da cópia. Além do mais, muitos desenhos tiveram de retranscritos em face da natural deterioração das cartas primitivas.

5 Comentários a cartas cearenses de maior interesse guardadas no acervo do AHEx

(observam a ordem de apresentação constante do item 4.1)

Os comentários que se seguem recaem apenas em desenhos ou cartas que interessam diretamente às pesquisas alusivas à cartografia cearense, escopo do presente trabalho. Paralelamente, entretanto, tentam-se estabelecer relações comparativas quer com o material apresentado no *Catálogo de Cartas Históricas*, de 1953, quer com o acervo da Coleção Studart, eliminando-se, em consequência, considerações referentes a mapas gerais ou a arquitetura, bem como a material cartográfico de data recente.

Na listagem do acervo do AHEx, a concisão dos títulos das cartas nem sempre lhes externa integralmente o conteúdo. Por tal razão, ao relacioná-los, tivemos de os justapor a uma informação mais ampla, dita "Título completo", em que os títulos constantes das cartas são transcritos por extenso, posto que, de outro modo, somente o exame visual dos desenhos poderia esclarecer as dúvidas. Sempre que possível, juntamente com as dimensões do campo das cartas, estão indicadas entre colchetes as medidas da folha do desenho. Na verdade, estas últimas medidas nem sempre são as originais pois as pranchas muitas vezes conheceram eventuais reduções, redundando no aparo das bordas, feito com o objetivo de eliminar pequenos dilaceramentos.

a. cartas relativas ao espaço geográfico cearense (de interesse para processos de urbanização)

Um parêntese esclarecedor

O Ceará pertenceu inicialmente ao chamado Estado do Ma-

ranhão e Grão-Pará. Após o domínio holandês no Nordeste,⁹ passou integrar o Estado do Brasil, ficando subordinado, no começo, ao governo central da Bahia e, posteriormente, ao governo de Pernambuco, até conquistar autonomia com a Carta Régia de 17 de janeiro de 1799. Por falta de atrativos econômicos, a Capitania do Ceará sempre esteve à margem dos grandes interesses da Coroa, restando quase abandonada durante o século XVII.

No começo dos setecentos, após as lutas vitoriosas contra os índios, comandadas por bandeirantes paulistas, franquearam-se vastas extensões de terras, de pronto invadidas pela pecuária extensiva, fator básico para a ocupação demográfica da Capitania, embora com população rarefeita, dispersa e turbulenta.

Naquela ocasião, beneficiado de súbito com a descoberta de ouro no Brasil, vinha Portugal de um certo modo conseguindo superar o precário estado econômico em que se debatia desde quando se livrara do domínio espanhol, em 1640. Euforia e dissipação de riquezas vão contudo marcar o cotidiano da vida lusitana na primeira metade do século XVIII, exigindo permanente ampliação das fontes brasileiras de produção aurífera.

Entende-se deste modo porque, no período, ganhou força a hipótese, já acalentada anteriormente, de que o pouco conhecido solo cearense continha riquezas minerais. Assim, surgiram projetos de exploração de ouro, metal todavia jamais achado, obtendo especial nomeada as minas do Araticum, no sopé da Serra da Ibiapaba, e as de São José dos Cariris Novos, que deram origem à cidade das Lavras da Mangabeira, em pleno sertão centro-sul cearense.

⁹ Relativamente ao período holandês, Studart fala numa carta intitulada *Capitania do Ceará* (Carta N.11), "sem data, mas pertence ainda ao tempo do domínio holandês porquanto a legenda encerra os 'Nomes das fortificações durante o governo de S.Ex.^a o Conde Maurício de Nassau" (Studart, *Geographia*, p.344). Acrescenta: "Existe cópia no arquivo da Câmara Municipal de Fortaleza." Deve tratar-se de mapa de meado do século XVII e certamente restrito à representação do litoral ou a trechos deste. A inclusão de legenda em português leva a crer que dificilmente constituiria carta original. Ainda assim, mesmo sem indicações mais precisas, talvez seja possível localizar os originais dessa carta nos Arquivos Reais da Haia.

As minas do Araticum parece não terem exigido indicações cartográficas, conquanto no grupo dos mineradores, que as exploravam sem êxito, constasse o nome de Francisco Custódio de Azevedo, profissional portador de bons conhecimentos de topografia, pois inúmeras vezes foi convocado para prestar serviços de medições em vários locais da Capitania, inclusive na implantação de algumas vilas cearenses criadas em meado do século XVIII.

As minas dos Cariris Novos, fosse talvez por se considerarem mais promissoras, apesar de mais distantes, fosse com o intuito de delinear caminhos que pudessem fazê-las alcançadas pelos sertões, mereceram atenção direta dos governantes de Pernambuco, justificando a tentativa de delinear um mapeamento mínimo para lhes marcar a localização. Duas cartas do período, listadas na Coleção Studart, relacionam-se com as minas: a primeira, a "*carta N. 19. Relação dos correjos e Riachos do Ceará, por José Coutinho dos Santos, 1753*", não recebeu quaisquer comentários do historiador; a outra, a "*carta N. 20. Mappa do interior do Ceará por Jeronymo Mendes da Paz remettido a 5 de fevereiro de 1754 ao governador Luis José Correa de Sá e por este ao Ministro Mendonça Corte Real, a 10 de maio.....*", tem como autor o próprio intendente das minas.¹⁰ Nenhum dos dois mapas consta nem do acervo do AHEx e nem do Catálogo das Cartas Históricas da Mapoteca de Serviço Geográfico do Exército.

Quando o Ceará se tornou capitania autônoma, em 1799, seu primeiro governador, Bernardo Manuel de Vasconcelos, certamente embalado pelas mesmas velhas esperanças, também se preocupou com achados minerais. Desde o começo de sua gestão, pas-

¹⁰ Ambas estas cartas da Coleção Studart (já referidas na nota n.7) seriam as mais antigas da Capitania. Quanto ao último dos documentos, a "carta N. 20", assinalando que o desenho de sua coleção era "cópia do Capitão de artilharia Antonio José de Lemos" (*Geographia*, p.296-7), Studart presta extensas informações sobre o Capitão Jerônimo Mendes de Paz, pernambucano, Intendente da Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris Novos (1752 -1758). Em aditamento à matéria, deve-se também lembrar que a procura de novas minas, agora de salitre, fizeram o naturalista João da Silva Feijó delinear em 1800 uma *Carta Topographica do Seará à Mina do Salpetra* (isto é, "*da vila da Fortaleza do Ceará à Mina do Salpetra*"), carta aliás relacionada na Coleção Studart mas que não consta do acervo do AHEx.

passou a contar com os serviços do Sargento-Mor Naturalista João da Silva Feijó (1760-1824), pesquisador dedicado e competente, nascido nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, onde faleceu. Ao longo de prolongada permanência na Capitania, Feijó percorreu inúmeras áreas do seu interior, desenvolvendo estudos no campo da mineralogia e da botânica bem como compilando as mais antigas cartas do território cearense de que dispomos presentemente (mais antigas, pelo menos até que se relocalizem algumas cartas citadas nas notas 9 e 10). Vasconcellos e Feijó contudo preocupavam-se especificamente com a descoberta de minas de salitre, mesmo porque, desde muito, as explorações auríferas da Colônia estavam praticamente suspensas. Não se deve esquecer de que já nos dias iniciais do reinado de Dom José I, pressentindo o esgotamento das minas brasileiras, Pombal decidira organizar, como substitutivo econômico, companhias de comércio colonial. Formadas com capitais mistos, estatais e privados, reeditavam em Portugal práticas mercantilistas colbertianas um tanto *après la letire*, e cujo alcance, entre outros alvos, envolvia o endurecimento do absolutismo governamental. A Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-1780), explorando uma faixa regional que incluía o Ceará, visava principalmente a recuperar os negócios do açúcar e a fomentar o tráfico de escravos, não obstante também lidasse com a exportação de couros e carnes e, eventualmente, com o algodão. Como 90% das ações particulares pertenciam a portugueses (ver Ribeiro Júnior, *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro*, p. 204), conseqüentemente a Companhia não contava com acionistas cearenses, embora o Ceará, em escala modesta e por vias de terceiros, tenha participado das atividades do empreendimento no item das exportações de produtos pecuários.

Findo o reinado de Dom José (1777) e destituído Pombal dos amplos poderes que lhe haviam sido conferidos, a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba foi extinta, para alívio dos seus devedores. No Reino permaneceram porém os vínculos de dependência para com as praças européias, nomeadamente com Londres, centro de financiamento da Revolução Industrial ainda em primórdios. A Portugal, país preso comercialmente às cláusulas do Tratado de Methuen, restava apenas o cultivo da terra

como fonte de riquezas, particularmente nas terras de além-mar, em detrimento da expansão industrial. O momento propiciava pois, da parte de alguns, um culto à fisiocracia, por sinal abertamente defendida por autores brasileiros da época, implicando fatalmente no incentivo da Coroa à ampliação de uma fronteira agrária em regiões brasileiras ainda não envolvidas com práticas no setor.

Este novo quadro econômico, ao solicitar a implantação de uma retaguarda agrícola destinada a prover o processo de industrialização de países distantes, acaba por enredar o Ceará. Assim se explicam as seguidas remessas de caixas de amostras de produtos locais para Lisboa, feitas pelos capitães-mores do último quartel do século XVIII. Anunciando potencialidades econômicas, as amostras devem ter desempenhado papel importante nas decisões de transformar o Ceará em Capitania autônoma. Na pauta de novos produtos, avultava o algodão, valorizado com as recentes e amplas perspectivas de aceite num mercado britânico em ampliação.

Ante as seguidas secas dos anos finais do século XVIII, que paulatinamente vinham destruindo os rebanhos da Capitania, a cultura do algodão se afigurava, portanto, como uma alternativa viável, vitalizando novos centros de agenciamento comercial e induzindo uma vida sedentária, oposta à mobilidade do pastoreio. A introdução do plantio do algodão no Ceará nada era mais do que o fechamento de um cerco geográfico, pois o produto já vinha sendo cultivado em Pernambuco e no Maranhão. A Vila da Fortaleza, logo transformada em porto de escoamento algodoeiro e centro administrativo de capitania autônoma, desde então passaria a ocupar posição hegemônica na rede urbana cearense, posição acentuada com o fluir do tempo.

Em traços amplos, é este o quadro administrativo, social e econômico com que o Ceará depara no início dos oitocentos, palco da ação de governantes, burocratas, comerciantes e técnicos, quase todos reinóis a serviço dos novos tempos, entre os quais figuravam nomes como Feijó, Giraldes, Paulet, Bloem, todos militares de carreira, e mais outros citados neste trabalho, cujas atividades profissionais e cuja qualificação se patenteiam nos desenhos guardados no AHEx.

Apresentados estes esclarecimentos, aparentemente alheios aos objetivos do texto mas oferecidos para explicar as novas condições de vida que exigiam trabalhos correlacionados com o levantamento cartográfico da jovem Capitania do Ceará, autônoma e em rápida transição, tentaremos proceder a uma análise das cartas, iniciando-a com o primeiro dos trabalhos de Feijó.

• 002 (AHEx) - *Capitania do Ceará*, s/d (Fig. 1)

Carta sob n. 782 no Catálogo da Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, doravante indicada como DSGEx. Não consta da Coleção Studart.

Título completo: *Capitania do Ceará; Dividida / pelo Campo Illuminado de cor.*

Dimensões: 32,4 [36,5] x 23,8 [28,2] cm. Colorida, sobre cartão, sem autor e sem data. Apresenta a nota: "Petipé de 20 leguas de caminho que são as leguas de 20 [?] ao grao".

A expressão "dividida pelo campo iluminado" significa dizer que o território do Ceará é aquele que fica limitado por um traço de contorno colorido ("iluminado"), que começa e termina no litoral. As inscrições, decodificadas por meio de convenções diferenciadas, aparecem sobre o próprio desenho, estando assinadas a Capital, as vilas e as povoações. A carta apresenta, como vilas, as da Fortaleza, Arronches, Messejana, Soure, Aquirás, Aracati, Icó, Crato, Campo Maior [Quixeramobim], Sobral, Granja, Vila Nova del Rei [Guaraciaba], Viçosa e Montemor o Novo [Baturité].

Na carta, o Aquirás figura como *Villa dos Aquirazes* e Sobral, como *Villa do Sobral*, perto da Serra da Baruoca [beru = mosca, em língua indígena]. A Granja aparece junto de uma enseada e a *Villa de Viçosa del Rey*, conquanto no alto da serra, localiza-se próximo do curso do baixo Parnaíba. Constam da carta o *Rio Potiyi* (Poti) e o "rio Pará ou Siupé" (Parazinho). A forma do território da capitania surge muito alterada, particularmente a região sul, bastante "achatada", de tal sorte que a Vila do Crato está mais próxima da costa do que o povoado do Arneirós.

Parte da Capitania avança pelo atual território do Piauí, transferindo as nascentes do rio Longá para o Ceará (no mapa, o terri-

tório cearense chega a atingir o rio Parnaíba). Há referência a uma "Vª. Campo Maior outra", situada fora das divisas da Capitania, que há de ser a Vila da Mocha, depois cidade de Oeiras, no Piauí, nomeada como "outra" a fim de não ser confundida com a Vila (cearense) do Campo Maior do Quixeramobim. A propósito, deve-se mencionar que a vila piauiense de São João da Parnaíba (hoje cidade da Parnaíba) aparece no desenho à margem esquerda do rio homônimo, isto é, já no lado maranhense.

Apesar de não se poder datar esta carta com exatidão, deve ter sido preparada nos últimos anos do século XVIII ou, com maior probabilidade, entre meado de 1799 e fim de 1800, executada a mando de Bernardo Manuel de Vasconcelos, então recém-emposado como primeiro Governador da Capitania do Ceará, autônoma. A datação da carta, acima sugerida, procede de alguns dados tais como: *a.* o fato de vir a Vila da Fortaleza citada como "capital da Capitania", condição esta somente referida oficialmente após a autonomia administrativa do Ceará, obtida no início de 1799, e *b.* a indicação de Russas como mera "povoação", por não haver ainda sido alçada à condição de vila, honraria ocorrida em 1801. O autor da carta seria Feijó, como se disse, chegado ao Ceará quase conjuntamente com o próprio Bernardo de Vasconcellos, não apenas seu auxiliar valioso mas dos governadores do Ceará que o sucederam nas primeiras décadas do século XIX (João Carlos Oyenhausen e Barba Alardo), menos na administração de Manuel de Sampaio. Somente o Naturalista, amparado por sua competência profissional e em face da posição ocupada nos quadros técnicos e burocráticos da Capitania, poderia executar tal tarefa. Além do mais, não obstante a presença recente de Feijó na Capitania, onde iria viver por quase duas décadas, seus conhecimentos concernentes ao meio físico cearense, já seriam bastantes para cumprir as tarefas sob sua responsabilidade.

Homem de incontáveis serviços prestados ao Ceará, onde viveu duas décadas, ao chegar, Feijó como naturalista, trazia vasta experiência em pesquisas, realizadas em Portugal e no Cabo Verde. Escreveu trabalhos de importância sobre a Capitania como a *Memoria sobre o gado lanigero no Ceará* (Rev. do Inst. do Ceará, 28: 367-97, 1914), *Memoria sobre a Capitania do Ceará* (Rev. Inst.

do Ceará, 3:3-27, 1889), *Memoria sobre as antigas Lavras de Ouro da Mangabeira da Capitania do Siará* (Rev. Inst. do Ceará, 26: 364-71, 1912). Na *Memória sobre a Capitania do Ceará*, à parte judiciosas considerações sobre vegetação, fauna e riquezas mineiras, Feijó trata dos fósseis encontrados no território cearense e divide o território cearense em três regiões fisiográficas - litoral, sertão e serras.¹¹

- 003 (AHEx) - *Carta demonstrativa da Capitania do Ceará* (Fig. 2)
Carta sob n. 27 na Coleção Studart e sob n. 783 no Catálogo da mapoteca da DSGEx.

Título completo: *Carta / Demonstrativa da Cappitania / Do Ceará / Para servir de plano a sua carta / Topographica / Organizada e delineada / pelo Sar^{to}. M^{re} Naturalista da / mesma cappitania / João da Silva Feijó / - 1810 -*

Dimensões: 54 [57]x 42 [45] cm. Tinta nanquim sobre cartão.¹²

Essa carta é uma espécie de rascunho. Como o próprio autor assinala, foi delineada “para servir de plano” a uma sua “carta topographica” elaborada dois anos depois. No litoral, entre várias indicações, aparece a *Canoa Quebrada*, localidade hoje muito requestada. Entre outras, observam-se as vilas da Fortaleza, do Aquiraz, do Aracati (com *ê*), do Icó, da Viçosa Real, de Sobral e

¹¹ Sobre Feijó, ver de Paulino Nogueira - *O naturalista João da Silva Feijó* (Rev. Inst. do Ceará, 2: 247-76, 1888) e, de Geraldo da Silva Nobre - *João da Silva Feijó: um naturalista no Ceará*, Gráfica Editorial Cearense, 1978, trabalho que coloca a figura e a obra do cientista na posição merecida. Para estudos mais recentes, ver: PAIVA, Melquíades Pinto - *Os naturalistas e o Ceará: I. João da Silva Feijó* (Rev. Inst. do Ceará, 105:21-44, 1991)

¹² Na Coleção Studart essa carta aparece sob o título - *Planta Demonstrativa da Cappitania do Ceará para servir...* em vez de *Carta Demonstrativa da Cappitania do Ceará para servir...* Deve tratar-se de mera troca de palavra feita pelos copistas, pois as dimensões do mapa são as mesmas. Studart assinala que “o Pe. Montenegro desenhou em Olinda, 1810”, enquanto a versão do AHEx, certamente a correta, indica: “O tenente Montenegro dez[enhou] em Olinda 1810”. Na Coleção Studart também está relacionada uma “N^o 31 Carta Demonstrativa da Capitania do Ceará para servir de Plano a sua Carta Topographica. Anno 1810. Não mostra o nome do autor.” Studart não faz quaisquer comentários sobre a carta, afirmando apenas tê-la encontrado na Mapoteca do Itamarati.

Villa Nova d'El Rei "ou Campo Grande". Na carta, algumas indicações, de certo escritas posteriormente por terceiros à guisa de complementação, consignam vilas já instaladas na ocasião, mas omitidas no desenho, tais como o Crato, Baturité (já com esta denominação) e Arronches (Russas não está citada de modo algum). A Capitania assume um contorno parecido com o atual, apesar de que avance de forma avultada a reentrância correspondente à bacia do Poti (Crateús, Independência e zonas limítrofes), a oeste, área então pertencente ao Piauí mas trocada em 1880 pelo porto de Amarração [Luís Correia], então território cearense. Os traçados dos rios maiores - Jaguaribe, Acaracu e Coreaú, além do Xoró (*sic*), Pacoti e Ceará já refletem corretamente a realidade física, à parte o Poti, aliás assinalado como Rio das Piranhas.

- 006 (AHEx) - *Carta topográfica da Capitania do Ceará 1812*. (Fig. 3)
Carta sob.n. 34 na coleção Studart e sob n. 784 no Catálogo da Mapoteca da DSGEx.
Título completo: *Carta topographica / da / Capitania do Ceará / que a / SAR / o Principe Regente / Nosso Senhor / Dedica / Luiz Barba Alardo de Menezes / Anno / de / 1812*.¹³
Dimensões: 76,4 [79] x 53,4 [58] cm.

Não temos dúvida em atribuir a autoria do trabalho a João da Silva Feijó, arrimado no fato de ele próprio declarar haver "organizado e delineado" a Carta Demonstrativa da Capitania, já apreciada anteriormente, "para servir de plano a sua carta Topographica". O cotejo estabelecido entre o texto do título desta carta 006 e o da que constava da Coleção Studart sob nº 34, acima citada, exige algumas explicações, transferidas para o fim dos comentários, quando se entenderá porque Feijó deve ter excluído sua assinatura do desenho.

¹³ O arquivo da sede regional da Diretoria do Serviço Geográfico, no Morro da Conceição / Rio de Janeiro, possui, sob n. 429, uma versão simplificada dessa *Carta topographica do Ceará*, ora citada. Trata-se, porém, de cópia datada de 1871, quer dizer, mais de meio século depois de executada a carta original por ordem de Barba Alardo.

Esta *Carta topographica* guardada sob n. 006 no AHEx tem dupla valia, adquirindo especial significado tanto por sua própria mensagem gráfica como pelas inscrições descritivas que lhe contornam o desenho central. Essas inscrições ocupam as duas margens laterais da prancha, distribuídos, à esquerda, os itens: *a.* Tábua Itinerária e *b.* Observações e, em encarte, um “Plano Hydrographico da Villa”. À direita da carta, figuram os itens *c.* Tábua de referência, *d.* Observações e *e.* Tábua cronológica dos governadores da Capitania.

Tendo em vista a importância das informações contidas nas inscrições, permitimo-nos citá-las, acompanhadas de dados elucidativos, ora parcialmente transcritos:

O item *a.*, *Taboa Itineraria*, marca as distâncias, em “legoas portuguezas”, entre 16 vilas da Capitania, recorrendo a um sistema de abcissas e ordenadas.

O item *b.* *Observaçoes*, logo mais abaixo, consta de uma “Descrição” do porto fortalezense, para cujo texto o autor diz ter-se apoiado em dados fornecidos pelo Capitão F. A. Marques Giraldes, quer no levantamento do ancoradouro, transcrito graficamente, quer no texto anexado ao levantamento.

Para melhor entendimento, reproduzimos partes da “Descrição”, em cujo início o autor afirma poderem na enseada fronteira à vila “ancorar com segurança todos e quaisquer navios assim mercantes como de Guerra, por quanto a sua tença¹⁴ he na maior parte d’arêa fina, ou arêa e barro”.

Assim, conferindo grande importância aos “três recifes” do porto, a “Descrição” esclarece:

“A Enceada de Jacaracanga he preferivel á de Mucuripe porque o seu fundo é todo limpo, e porque fica a sotavento dos outros Recifes; a toda e qualquer hora as Embarcações se podem fazer á vela, e fundiar; esta [está] mais abrigada do mar, porque este quebra por cima dos Recifes e por tanto perde nelles parte de sua força.” / “Finalmente os transportes para esta Enceada são mais

¹⁴ “Tença, *Surgidouro de firme tença*, lugar onde a âncora prende bem.” (Aulete, Dicionário, p.3924).

promptos e commodos por serem para sotavento". / "O Plano Hydrographico deste maravilhoso porto mandou geodesicamente levantar o actual Governador Luiz Barba Alardo de Menezes, em setembro de 1810 pelo habil Capitão de Fragata da Armada Real Francisco Antonio Marques Gerald^s [Giraldes]." / "Tem elle sobre os outros portos do Brasil a vantagem de serem as viagens para a Europa, d'esta para o referido Porto muito mais abreviadas, em razão de soprarem os Ventos constantemente de Nordeste para Leste, de não se encontrarem na derrota [i.e., na rota] as grande calmarias de Leste: tem tambem a vantagem de não ser necessario tanta cautela na Navegação, por se não encontrarem durante ella Baixos, de ser de facil reconhecimento, pelas montanhas q mui de longe se avistão a barlavento, com especialidade pela P. [ponta?] groça de Mocaripe."

A transcrição desse longo texto busca atingir três objetivos. Primeiro, fazer notar a qualidade do ancoradouro, cuja precariedade somente começou a se evidenciar quando da introdução dos navios a vapor, de calado maior. Segundo, lembrar que a cidade da Fortaleza é o ponto brasileiro mais próximo do território da Europa, tomando-se como referência um dos portos extremos do Velho Continente, a cidade de Lisboa (este dado está sendo tardia e recentemente descoberto pelas empresas de transportes aéreos...) Terceiro: assinalar o destaque com que eram vistas do mar as montanhas situadas ao sul e a oeste da vila, assunto a que ainda nos reportaremos.

Ainda à esquerda do mapa, encerrando a sequência, aparece em encarte o "Plano Hydrographico / da enceada da Villa da Fortaleza / de Nossa Senhora da Assumpção / ou / Porto do Ceará", que é uma cópia exata do levantamento gráfico de Giraldes, o qual será comentado mais à frente.

À direita, a carta apresenta outra sequência de informações, assim enumeradas:

- Item *c. Taboa de referencia* - procura explicar as abreviações empregadas no texto ("Br. Barra; E. Enceada... P. Prezidio ou vigia do mar; Sr. Serra; S^t Serrote" etc).

- Item *d. Observações* (mais abaixo) - faz um relato da história da Capitania, que não se pode ler na íntegra por estar a carta parcialmente dilacerada. Contudo, ainda se conseguem anotar va-

lios dados estatísticos, tais como: “os indios q ainda hoje se conservam por todos elles [sertões?] e[m] numero de mais de doze mil pessoas de ambos os sexos”, ou que a população cearense fora estimada em 130.396 habitantes.

- Item *e*. (finalmente, ainda mais abaixo, na orla inferior da prancha) mostra uma *Taboa Chronologica dos Governadores que tem tido esta Capitania*, na qual relaciona os “Governadores Subalternos” desde 1663, quer dizer, de Diogo Coelho de Albuquerque até Feo e Torres, em 1789, seguidos dos “Governadores Independentes” Bernardo Manuel de Vasconcellos 1799, João Carlos d'Oyenhausen [Gravenburg] 1803, Luiz Barba Alardo, 1808 e Manuel de Sampaio, 1812.

A inserção do nome deste último faz supor que o desenho encomendado por Barba Alardo a Feijó somente ficou concluído nos primeiros dias do governo de Sampaio, cuja posse ocorreu em 19 de março de 1812. Este fato explicaria as duas versões da carta, mencionadas no início deste comentário: uma, a de nº 003, do AHEx, e outra, a de nº 34, da Coleção Studart. Na versão do AHEx, lê-se: “....que a / SAR / o Principe Regente / Nosso Senhor / dedica / Luiz Barba Alardo de Menezes, Anno / de / 1812.”, enquanto na carta da Coleção Studart, os dizeres do titulo aparecem mais extensos: “.... que a / SAR / o Principe Regente / Nosso Senhor / dedica / Luiz Barba Alardo de Menezes, *governador que foi* da mesma capitania. Anno de 1812” (grifo nosso).

Esta última versão do mapa foi entregue conjuntamente com outros desenhos na Corte do Rio de Janeiro pelo próprio Barba Alardo em 1814, quer dizer, dois anos após ter deixado o Ceará, acompanhando texto de sua conhecida *Memória* sobre a Capitania do Ceará. Consultado por D. João VI sobre “o negocio da criação dos lugares de juizes de fora da Comarca do Ceará” e tendo de justificar quais vilas mereceriam desfrutar da indicação real, Barba Alardo, aproveitando o ensejo e ampliando suas considerações, redigiu a *Memoria sobre a Capitania Independente do Ceará Grande*, em que traça um quadro amplo sobre a geografia e sobre a história do Ceará até aqueles dias. Escrita pelo próprio Barba Alardo ou, acrescente-se, talvez simplesmente compilada *a posteriori* pelo governador com a ajuda de dados obtidos de ter-

ceiros, muitas informações contidas na *Memória* já constavam da *Carta Topographica* de Feijó (há pequenas divergências, como é o caso do número de residentes na Capitania: 130.396 na *Carta* e 125.878 na *Memória*).

Ao sair do Ceará, já no Rio de Janeiro, Barba Alardo assumiu o cargo de Conselheiro de Capa e Espada da Real Fazenda, renunciando à nomeação de Capitão-general (Governador) do Mato Grosso. Militar de carreira, deve ter encaminhado os desenhos cearenses aos seus superiores hierárquicos, fato que explica a procedência do material hoje conservado no Arquivo Histórico do Exército.¹⁵

O adiamento do término do desenho do mapa encomendado por Barba Alardo teria ferido os melindres do seu sucessor, já que a inclusão do nome de Sampaio numa das versões apareceria como apêndice justificado por mera atenção à nova autoridade. De qualquer modo, é provável que essa versão posterior da carta, com o título revisado, tivesse sido encaminhada a Sampaio, a fim de fazê-la chegar às mãos do Príncipe Regente. Constrangido, Sampaio deve ter retido, em seu arquivo, cópia da qual Studart tomou conhecimento por intermédio de algum dos descendentes do governador, com quem, sabidamente, manteve contatos.

O fato é que, ou por atribuir retardamento deliberado na confecção da carta ou por quaisquer outros motivos, Sampaio nunca externou demonstrações de simpatia ou mesmo de reconhecimento a Feijó, se não pelos valiosos serviços profissionais prestados à Capitania mas pelo fato inusitado de haver o Naturalista cedido

¹⁵ Sobre a matéria ver Studart, G. - *Administração Barba Alardo*, p. 327-69. Nesse texto, o historiador declara que Barba Alardo.... "Na Corte não esqueceu o Ceará, antes fel-o mais conhecido confeccionando a Carta Topographica acima citada já escrevendo uma interessante memoria sobre sua historia, limites, população, accidentes geographicos, etc. Em onze Mappas, que a acompanham, fornece informações e dados valiosos" (Studart, *op. cit.* p.365-66). Studart havia feito publicar a *Memória* de Barba Alardo na Revista do Instituto do Ceará, t., 1897, mas, em seus trabalhos pertinentes à cartografia cearense, relaciona apenas cinco das cartas mandadas executar pelo governador, e não onze, todas cinco aliás arroladas no presente trabalho (menos um *Mappa Demonstrativo da Freguezia do Icó*, de 1811, por que guardado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro).

graciosamente a tomada de água de uma nascente localizada em seu sítio para implantação de um chafariz público, construído pelo governador, o primeiro da vila.

• 001(AHEx) - *Carta geográfica do Ceará 1831*

Carta sob n.57 na Coleção Studart e sob n. 781 no Catálogo da Mapoteca da DSGEx.¹⁶

Título completo: *Carta Geographica do Ceará / Provincia do Imperio do Brasil / redigida segundo uma carta manuscripta levantada em 1817 por ordem do Governador Manoel Joaquim de Sampaio por Antonio Jose da Silva Paulet e segundo as observações e as cartas marítimas do B. Roussin/ POR/ M^{re} JOS: SCHWARZMANN E M^{re} LE CHEV. DE MARTIUS, 1831.*

Dimensões 26,5 [31,5] x 32 [36,5] cm. Papel sobre tela.

Este mapa é o mais divulgado de todos quantos foram executados na época. Alguns autores cearenses têm-no publicado em suas obras como “a carta de Paulet”, o que faria supor ter sido a única levantada pelo engenheiro, fato estranho, pois, somente Studart relaciona cinco cartas de Paulet pertinentes ao tema.

Na verdade, a difusão dessa carta, particularmente a do encarte dedicado à Capital, procede tanto de sua transcrição em gravura como de sua inclusão em livro que os citados Martius & Schwarzmamm publicaram em 1831. Studart faz comentários relativos aos participantes do livro, particularmente a B. Roussin, o Barão

¹⁶ No Arquivo Histórico do Exército não localizamos a carta que aparece mencionada sob número 779 no Catálogo da Exposição da Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, assim expressa: “779 - Carta Geographica do Ceará / - Redigida segundo carta manuscripta, levantada em 1817 por ordem do governador Manoel Ignacio de Sampaio / - Por Antonio José da Silva Paulet 1831 / Copiado do original pelo Major d'Engenheiros Alfredo Carlos Muller de Campos / - Archivo Militar - Junho de 1886 / - Anexo; Plano do porto e da cidade da Fortaleza ou Ceará, na escala graphica de 1000 braças portuguezas. / - Cópia fotostática”. Afigura-se confusa a aposição da data 1831, porquanto Paulet, nessa ocasião, já estava de regresso a Portugal havia dez anos.

Albino Roussin (1781-1854), francês (Studart, *Geographia*, p.359) e a Martius, o conhecido botânico Karl Friedrich Philip von Martius (1794-1868), alemão (Studart, *op.cit.*, p.359).

Na parte geral do mapa, no que alude à representação do território da Província, os rios figuram razoavelmente corretos, ainda que as preocupações do cartógrafo estivessem voltadas para o litoral. As vilas estão destacadas por círculos vermelhos, mas aparecem nomeadas apenas as localidades situadas no noroeste cearense (Granja e adjacências). O oceano está pintado de azul, tanto no mapa geral como no encarte. Há uma delicada representação do relevo das montanhas.

No encarte, denominado *Plano do Porto, e da cidade da Fortaleza, ou CEARÁ* (Fortaleza havia sido elevada à condição de cidade em 1823) e inserido no bordo inferior direito da mencionada carta 001 do AHEx, os caminhos que da periferia urbana acorriam ao pequeno burgo não são exatamente os mesmos mostrados em outras cartas de Paulet. Este fato leva a crer que ou foram atualizados ou desenhados incorretamente. O *Plano*, cotado em braças portuguesas, apresenta um conjunto de retângulos compridos, pintados a sépia, indicando os prováveis quarteirões da cidade. Prováveis, explique-se, ou melhor dito, supostos, tendo em vista o fato de em nada se assemelharem com os da malha urbana delineada pelo próprio Paulet.¹⁷

O Coronel de Engenheiros Antônio José da Silva Paulet (1778-1837), português dos arredores de Setúbal, veio para o Ceará com o governador Manuel de Sampaio, permanecendo entre 1812 e 1821. Além de ter organizado várias cartas da Capitania, foi autor do projeto da atual Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (1812) e da primeira versão do mercado público fortalezense, bem como elaborou, a pedido da Câmara e por ordem de Sampaio (1813), as diretrizes do traçado ortogonal da pequenina vila, traçado seguido

¹⁷ Um estudo comparativo entre a plantas da vila feitas por Paulet e aquela divulgada por Schwartzmann & Martius consta de trabalho do autor, intitulado *Cartografia urbana fortalezense na colônia e no império*, 1982. A respeito da planta da Vila da Fortaleza, de 1813, ver também, do autor, o trabalho *Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana de Fortaleza*, Rev. Inst. do Ceará 108/1994.

pelos pósteros e que tanto caracteriza a capital cearense. Resignando novas e elevadas posições no Brasil, em 1821 Paulet regressou com Sampaio a Portugal, onde participou ativamente das lutas constitucionais com destacada atuação nas tropas liberais, comandadas pelo nosso Imperador Pedro I.¹⁸

Cartas de meado e fins do século XIX

Entre aqueles anos de início do século XIX, quando realmente começam a ser elaborados mapas do território cearense, e dias posteriores mais próximos, teria ocorrido um período de transição, período durante o qual os cartógrafos, conquanto percebessem as discrepâncias entre o real e o que vinha sendo representado nas cartas, não dispunham de meios outros para corrigi-las.

Não se deve esquecer que as cartas do Ceará (e do Brasil) exibiam precisão relativa ou até discutível, ainda mesmo no começo do século XX, consideradas as dificuldades de acesso franco a locais ínvios, inibidoras da execução correta das medições terrestres por triangulação. A precisão dos levantamentos, portanto, somente apresentava rigor quando cobriam áreas menores, especialmente zonas urbanas. As queixas de um José Pacheco Lima, logo a seguir transcritas, oferecem idéia das deficiências. Tal fato porém jamais impediu se organizassem inúmeros mapas do Ceará durante meado e anos finais dos oitocentos, como o comprova o acervo da Coleção Studart. O mapeamento total de um país gigantesco, como o Brasil, ocorrido praticamente na segunda metade deste século em encerramento, teve de esperar pelo emprego das técnicas de aerofotogrametria, que permitem a rápida elaboração de cartas de confiável exatidão. Hoje, parece o problema ter ganho solução definitiva, pois o trabalho vem sendo muitas vezes

¹⁸ Em reconhecimento aos seus serviços, Paulet recebeu de D. Maria II o título de Brigadeiro do Real Corpo de Engenheiros, é pena, dois dias antes de falecer.

realizado com fotografias feitas por satélites artificiais e complementado com os processos eletrônicos de restituição.¹⁹

As cartas elaboradas nesse citado período de transição foram várias. No acervo do AHEx, podemos destacar as seguintes:

• 019 (AHEx) - *Mapa Geográfico da Província do Ceará*

Carta sob n. 66 da Coleção Studart e sob n. 780 do Catálogo da Mapoteca da DSGEx.

Título completo: *Mappa Geographico da Provincia do Ceará. Oferecido a S.M. I. o Imperador D. Pedro 2º. pº Jozé Pacheco Lima, Piloto Hydrographico e Geographico aprovado pela Academia de Lisboua, cujo trabalho propouse a fazer a sua custa já a tempos vindo a conclóir em 1853, tirando praticam.¹⁶ em rumo magnetico, igoalm.^e pº ter visto as grandes alteraçoes que tem no Mappa do Brazil e outros q' tem aparecido, q'athe feicha a Serra Grande com a do Perº [Pereiro] e Apodi avendo hua grande distancia e também pº Tirar os meos Pat.^{ios} [Patrícios] de alguns enganos na Geographia. Cidade da Fortaleza, 28 de julho de 1854.*

Dimensões : 86 x 60 cm. Aquarela sobre cartão entelado.

O longo título do mapa por si já o explica. Na medida em que a economia da Província conhecia expansão e várias áreas foram convidadas a participar do processo, impunha-se a necessidade do uso de cartas confiáveis, pelo menos para o traçado de

¹⁹ No começo do século XIX, muitos países da Europa, particularmente a França, tinham o seu território mapeado com relativa precisão por via de sistemas de triangulação terrestres. Em Portugal, as tentativas de levantamentos por triangulação se iniciaram em 1778, "com inúmeras dificuldades, sendo interrompidos em 1803, data em que foi impressa a *Carta dos principaes triangulos de operações geodezicas de Portugal*, que abriangiam cerca da metade do país" (ver BASTOS, M. A. - Notas, p. 19). A propósito de aerofogrametria, convém esclarecer que, no Ceará, o primeiro levantamento apoiado nesse método de medições foi executado pelo Serviço Geográfico do Exército, em 1945. Redundou na organização da *CARTA DA / CIDADE DE FORTALEZA / E / ARREDORES / Levantada, desenhada e impressa / pelo / SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO / 1945 / Escala 1:10.000*, montada num conjunto de oito pranchas, com rigorosa exatidão e editada primorosamente.

novas estradas. Sem dúvida, Pacheco Lima²⁰ tinha razão nas suas queixas contra a deficiência dos mapas, transformadas no desabafo inserido no próprio título da carta.

• 006 (AHEx) - *Carta Topográfica do Ceará 1892*

Carta sob n.110 da Coleção Studart e sob n.778 do Catálogo da Mapoteca da DSGEx.

Título completo: *Apontamentos para a carta topographica do Ceará*. Lith. Typ. A vapor, Parayba. Escala 1:1.200.000. Anexo: Planta da Fortaleza pelo Dr. Herbster (sobre essa planta de Herbster, incluída em encarte, ver adiante a carta 077 do AHEx).

Datada de 1892, é da autoria do professor João Gonçalves Dias Sobreira, cratense. Assinala Studart, transcrevendo dados da própria carta: "Para sua confecção, diz o autor haver aproveitado o traçado da Costa por Mouchez, as posições astronomicas da carta organizada por C. Lomelino de Carvalho e as observações por elle proprio colhidas e observadas do Cariry ao littoral." (Studart, *Geographia*, p. 375)

Trata-se de uma das várias cartas cearenses do século XIX, preparadas como tentativa de revisar trabalhos anteriores, tendo o autor recorrido ao apoio de prestigiosos profissionais da cartografia, como os dois citados. Sobreira escreveu livros sobre as línguas francesa e portuguesa, sobre música, aritmética, geografia e também elaborou uma *Planta Geographica da Provincia do Ceará* em 1888, com cuja cópia o AHEx não conta. O ecletismo intelectual de Sobreira parece não era levado a sério por alguns de seus contemporâneos, pelo menos a julgar-se pela maneira irônica com que aparecia citado no *Programa de Instalação* da Padaria Es-

²⁰ Ver as várias páginas que o Barão de Studart dedica a José Pacheco Lima, em seu *Diccionario Bio-bibliographico Cearense* (Studart, *Diccionário*, v. 2, p. 279), particularmente sobre as peripécias da execução do *Mappa*. Ter também em conta as informações que Studart presta sobre o pai de José Pacheco Lima, o português José Pacheco Spínosa, poeta, freqüentador dos "outeiros" promovidos pelo Governador Sampaio e panegirista da obra do administrador.

piritual,²¹ aliás fundada no mesmo ano de publicação da *Carta Topographica*.

O comandante Amedée Ernest Barthelémy Mouchez (1821-1892), em cujas cartas Sobreira se amparava, figurava com destaque nos quadros da Marinha Francesa. Nascido em Madrid, mas filho de pais franceses (ver Studart, *Estrangeiros e Ceará*, p.209-10), Mouchez era astrônomo, membro da Academia de Ciências da França, diretor do Observatório Astronômico de Paris e editor do *Bulletin Astronomique*. Fez levantamentos da costa brasileira entre a foz do Amazonas e a Bahia, publicando a *Carte Routière de la Côte du Brésil, de l'Amazones à Ceará e a Carte Routière de la Côte du Brésil de Ceará à Bahia (1863)*. “Mais tarde, em 1867, publicou outra carta A Bahia do Ceará, adoptada, como aquellas, pelo almirantado inglês. Traz ao lado a edic de 1888 um Mappa da cidade de Fortaleza” (Studart, *op.cit.* p.210). As cartas de Mouchez não constam do AHEx, mas podem ser encontradas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde também se conserva a carta preparada por Lomelino de Carvalho.

b. cartas referentes à Vila [Cidade] da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção

- 014 (AHEx) - *Plano aproximado da enseada da Villa da Fortaleza - 1810* (Fig. 4).

Carta da Coleção Studart sob n.30 e sob n.206 do Catálogo da Mapoteca da DSGEx.

Título completo (escrito no alto e ao longo da prancha): *Plano aproximado da Enseada da Villa da Fortaleza de N.S. d'Assumpção / a qual vulgarmente se chama Porto do Ceará, tirado pelo Capitão de Fragata F.^o M. Giraldes em / setembro de 1810 indo de passagem / para o Rio de Janeiro Latitude Observada 3^o 41^m Sul; Longitude (estimada) 30^o 37^m do Observatorio da Marinha em Lisboa, / que mandou tirar o actual Governador Luiz Barba Alardo de Menezes.*

²¹ O Programa de Instalação da Padaria Espiritual propunha: “Art. XXXI - Encarregar-se-á um dos Padeiros de escrever uma monographia a respeito do incansavel educador Professor Sobreira e suas obras” (ver AZEVEDO, Sânzio - *A Padaria Espiritual e o Simbolismo no Ceará*. Fortaleza, IOCE, 1983, p.58).

Dimensões : 33,2 [34,5] cm x 21,1[23,5] cm. A expressão “*Longitude (estimada)*”, incluída na carta, procede do fato de que na época ainda havia dificuldades de serem marcadas as posições geográficas exatas dos pontos visitados, insuficiência de que resultaram tantas dúvidas para representação nos mapas antigos. Apenas as latitudes eram mostradas corretamente porque tomadas a partir de angulação das estrelas, o que não ocorria com as longitudes, consignadas à mercê de aproximações.

A carta guardada no AHEx traz a assinatura do próprio “Francisco Antônio Marques Giraldes, Capitão de Fragata da Real Armada”, o que lhe confere excepcional valor documental. A rigor, trata-se de um mapa marítimo com o qual Giraldes demonstra sua qualificação elaborando cuidadoso levantamento batimétrico da bacia marítima fortalezense. Esmera-se em anotar as profundidades de quatro seqüências de medidas paralelas, tomadas perpendicularmente à costa em frente da vila, a fim de demarcar a posição da linha de recifes submersos em trechos perto da praia. Em complemento às medições, faz outra linha batimétrica, partindo dos Arpoadores, em círculo, numa espécie de contorno, com a qual interligava os pontos externos extremos das outras linhas já executadas.

As medições nas quatro linhas paralelas foram tomadas exatamente sobre local onde o leito do mar se eleva como um dorso, dividindo a zona fronteira da cidade em duas enseadas: “Enceada de barlavento, ou de Mocoripe”, à direita, e “Enceada de Sotavento ou Jacaracanga”, à esquerda. Nesta última, Giraldes consigna: “Bom fundo. Areia e Barro/ Todo limpo”. Na enseada do Mucuripe, assinala os recifes aflorados à praia no Meireles, aduzindo: “As Pedras de Meirelles, descobrem nas baixas marés vivas”. Junto da orla da mesma bacia do Mucuripe, acrescenta que em “13 palmos crescem as agoas nas marés equinoxiaes”.

Bem em frente à vila, assinala o “Recife Meridional”, perto da linha de maré, e o “Recife Occidental”, mais distante um pouco. O primeiro desses recifes iria servir de apoio ao precário cais proposto décadas depois pelo engenheiro inglês Charles Neate, em 1870, e ratificado pelo seu patrício engenheiro John Hawkshaw em 1875. Mais distante da praia, vê-se a indicação do “Recife Septen-

trional denominado *Pedra da Velha*. As batidas das ondas nesse recife meio aflorado se tornam visíveis em horas de marés baixas, fenômeno outrora percebido pelos freqüentadores da antiga Praia Formosa, hoje desaparecida por força das inúmeras obras de invasão do litoral que a frente da cidade conheceu nas últimas décadas. Na sua carta, Giraldes ainda lembra que os “ventos [são] mais fortes, desde Agosto thê Novembro” e “As agoas correm para O [oeste] com mais, ou menos violencia”. O desenho mostra o círculo de orientação (Rosa dos Ventos) no centro, ao alto, com o Norte já disposto segundo as convenções gráficas que passaram a prevalecer nas cartas atuais. As distâncias podem ser aferidas com auxílio de uma escala gráfica (petipé) inserida à esquerda, em baixo, enquanto o rodapé esclarece que as medidas foram tomadas em braças portuguesas.

O grande interesse desta carta repousa nas legendas indicadoras de determinados pontos terrestres.²² Na linha da praia, consta um “Trapiche”, que servia para embarques e desembarques, além de que, de um ponto provavelmente hoje localizado a meia distância entre a Praça da Alfândega e a Avenida Alberto Nepomuceno, partia um caminho perpendicular à praia. O traçado desse caminho terminava em dois retângulos, que talvez representassem depósitos de mercadorias. Antefigurando a atual Avenida Alberto Nepomuceno, saía da praia outro caminho, iniciando-se no “Sobradinho” e terminando num largo onde se erguiam o “Forte” e a “[Igreja] Matriz”. Na continuação desse caminho para o interior, aliás não desenhada, apareciam anotações tais como “Pallacio” e “I R”. Esta indicação, posta junto de um pequeno retângulo valorizado por uma cruz, sem dúvida configurava a Igreja do Rosário.

²² Esta e outras cartas contemporâneas atestam que boa parte da toponímia urbana fortalezense é muito antiga, como o comprovam denominações tais como Mucuripe, Meireles, Prainha, Pedra da Velha, Croatá, Jacarecanga, Arpoadores. Este último topônimo subentendia uma atividade comum no litoral brasileiro, ligada à caça, com arpão, de baleias e cachalotes, objetivando a extração do óleo, usado como combustível para iluminação. No caso fortalezense, dizia-se “Arpoadores”, nada tendo a ver com a Ponta do Arpoador, do Rio de Janeiro, como supõem equivocadamente alguns desconhecedores da história da cidade.

Do largo (da Matriz), no rumo noroeste, partia um caminho (consoante as convenções de cartografia, certamente seria arborizado), que, de acordo com essas mesmas convenções, terminava num morro, ao lado do qual está assinalado “Cravatá ou Passeio Publico”. Nascendo pois em torno do Largo da Matriz (a atual Praça da Sé), esse caminho, dito “Passeio Público”, pouco depois receberia a denominação de rua Nova da Fortaleza, mudada para rua da Misericórdia em meado do século XIX e, já neste século, para rua Dr. João Moreira. O caminho prosseguia até esbarrar no morro do Croatá ou do Gravatá, elevação hoje meio encoberta, mesmo porque foi parcialmente desmontada quando da implantação do extinto Cemitério de São Casimiro, o primeiro que a cidade conheceu. Nos chãos dessa pequena necrópole desativada no penúltimo quartel dos novecentos, foram construídos os escritórios da ferrovia, localizados a oeste da Estação João Felipe.

O desenho, portanto, comprovaria graficamente o risco da primeira rua reta aberta no planalto onde a Fortaleza veio a se desenvolver, rua nascida em ponto no qual a pequena vila começava a se afastar do trecho em declive, de ocupação mais antiga, marcada por um traçado irregular, acomodado às curvas do Pajeú. Essa curta rua reta, tangenciando o lado sul do quartel da Fortaleza da Assunção, serviria pouco depois, em 1813, como referencial básico à aplicação do plano em xadrez delineado por Paulet. Adquiriria, pois, importância duplamente significativa o nome *Rua Nova da Fortaleza*, recebida na ocasião de sua abertura.

O sinal cartográfico apostado, no desenho, ao Morro do Croatá, para onde se dirigia o caminho dito “Passeio Público”, por certo representava a Casa da Pólvora, ou melhor, o Paiol da Pólvora, como era conhecido popularmente. Esse paiol, por duas vezes transferido posteriormente para áreas mais distantes, exigia, por questões de segurança, uma área baldia de envolvimento, área à qual emprestou seu nome, logo chamada de Largo do Paiol, designação pela qual ficou conhecido o atual Passeio Público fortalezense durante boa parte do século XIX. Nas cidades brasileiras antigas, eram comuns referências toponímicas semelhantes, tais como Largo da Pólvora, Campo da Pólvora, Largo do Paiol, decorrentes das funções, desempenhadas na época, de guarda de equipamentos bélicos.

Por outro lado, o emprego da expressão "Passeio Público" demonstraria uma vontade de espairecer, empolgando a reduzida população do minúsculo burgo, fosse pelo desejo de democratizar o uso dos espaços urbanos, fosse por aproveitar termos, que se valem da hipérbole, com o fim de valorizar o trivial, hábito hoje tão comum nos meios publicitários. Passeio Público, pelo menos como simples jogo de palavras, talvez aparecesse empregado na vila do Forte como imitação do Rio de Janeiro, que o possuía desde 1779-1783, mercê de decisão do vice-rei D. Luís de Vasconcelos, ou também talvez por referência tardia ao de Lisboa, datado de 1764, portanto, mais de um século antes da efetiva implantação do Passeio Público fortalezense que chegou aos nossos dias.

O pequeno desenho de Giraldes, apesar de sua limitada oferta de dados terrestres, seria a mais antiga representação gráfica da Cidade, posto que carta ou cartas anteriores não permitem se estabeleçam comentários objetivos sobre as primitivas relações espaciais urbanas fortalezenses.²³

Giraldes, todavia, não tinha a intenção de explicar a forma urbana da vila. Na verdade, desejava apenas apresentar pontos de referência para aviso aos navegantes que entravam no porto, como fica bastante claro quando se lê a sua *Descrição do Porto de Fortaleza* (Revista do Instituto do Ceará, t.12, 1898, p.58-60), redigida em complemento ao levantamento gráfico, na qual o autor alinha inúmeras informações que não poderiam constar do desenho.

²³ De certo modo, a carta mais antiga da cidade seria a *Planta da Costa do Ceará grande da ponta do Mucuripe the Jacaracanga*, citada sob nº 17 da Coleção Studart. Teria ela sido localizada na Torre do Tombo, em Lisboa, pelo próprio Studart, que a datou de 1745. Certamente em outra versão, que não a consultada por Studart, todavia sem assinalar data ou autoria, o Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, guarda uma cópia dessa mesma carta, a que recorreremos. Este desenho do AHU, possivelmente igual ao da Torre do Tombo citado por Studart, parece traduzir maiores preocupações com fortificar o Mucuripe do que em descrever graficamente a vila, conquanto a posição de modo correto, à margem esquerda do Pajeú. A representação do casario (ou das quadras?) deixa de oferecer imagem que traduza a organização física do povoado, pois não ficam determinados nem o traçado e nem a localização das edificações principais. Por tal razão, preferimos dizer que a planta "seria" (e não, que "é") a carta mais antiga da cidade (ver também a nota 44, sobre o desenho mandado fazer por Manuel Francês em 1731).

A propósito dessas informações, parece-nos interessante transcrever o seguinte trecho:

“querendo entrar pela barra de barlavento dever-se-ha navegar do Mucuripe em direitura a barra do Ceará ou ao 4º N. O. e logo que se enfiar o Palacio ou a igreja do Rosario pelo pau da bandeira do Forte se navegará naquella direcção e d'alli em direitura á casa da Polvora, para que o corpo do navio fique no maior fundo”. (op. cit. p. 59-60).

Como se percebe, essas linhas da *Descrição* nos dão ciência de que as indicações arquitetônicas lançadas por Giraldes na parte alta da vila tinham como principal meta, ou até única, servir de pontos de balizamento para a navegação. Entretanto, quaisquer que tenham sido os objetivos das referências de Giraldes, tal fato pouco importa. Na realidade, interessam-nos primordialmente as preciosas indicações que o mapa nos fornece e que são muitas.

Sobre a figura de Giraldes, citado apenas nominalmente por pesquisadores cearenses, pairou sempre um total desconhecimento. O silêncio de Studart é sintomático, consequência das dificuldades que o historiador não conseguiu superar. Entretanto, anotações constantes do arquivo do Serviço de Documentação da Marinha oferecem várias informações sobre Giraldes, embora não lhe esclareçam nem quanto ao local e nem quanto às datas de nascimento e de falecimento de Giraldes. Sem dúvida, era português, certamente alentejano de Castelo Branco ou adjacências, nascido por volta de 1770/1773. Ingressou na vida militar como integrante do Exército Português, transferindo-se porém para a Academia de Marinha. Fez rápida carreira na vida naval, integrando, como capitão-tenente, as operações luso-britânicas de expulsão das tropas napoleônicas, quando da primeira invasão francesa a Portugal, comandada por Junot (1807/1808). Pouco depois vinha para o Brasil no comando da fragata Andorinha, então já promovido a Capitão-de-Fragata. No ano seguinte, ou logo após, deve ter recebido incumbência de ir às capitânicas do Norte, demorando-se no Ceará quando de regresso ao Rio de Janeiro, ocasião em que realizou o levantamento batimétrico da bacia marítima fortalezense. Por quaisquer razões, havendo dado baixa logo depois de traba-

lhar no Ceará, pode ter permanecido no Brasil ou retornado a Portugal. De qualquer modo, desligou-se da Armada Real, o que dificulta a complementação de seus dados biográficos.²⁴

• 038 (AHEx) - *Plano do Porto do Ceará 1832*

Carta sob n. 58 na Coleção Studart e sob n. 205 no Catálogo da Mapoteca da DSGEx.

Título completo: *Plano do Porto do Ceará / Levantado pelo Primº Tenº. da Marinha do Brazil Joaquim Lucio de Araujo / para mostrar aposição das boias mandadas alli collocar pelo Illmº. e Exmº Snr. Joaquim José Roiz Torres, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha anno 1832* (a expressão "Porto do Ceará", então usual, significava o porto da Cidade da Fortaleza). Litografia. Mapa puramente náutico, sem referências ao urbano.

Dimensões: 43,7 [45,0] x 34,3 [37,0] cm.

²⁴ São as seguintes as anotações sobre Giralles no arquivo do Serviço de Documentação da Marinha: "Francisco Antonio Marques Giralles / Sentou praça de Cadete no Regimento / de Cavallaria de Castello Branco em / 23 Outubro / 1793 / Completando o curso de Mathematica / do Bezout na Academia de Marinha foy / Segundo Tenente em / 13/ Mayo/ 1802 / Passou a Capitão Tenente em / 17 / Dezembro / 1806 / No tempo do intruzo Governo Francez / emigrou desta Capital para a Es / quadra Ingleza que bloqueava o Porto de Lisboa, e depois dezem / barcou com o Exercito Inglez para / a Restauração de Portugal / Embarcou na Fragata Andorinha que / foy participar da sobredita Restau / ração ao Ryo de Janeiro sahindo / do Porto de Lisboa no dia 20 de Outubro / de 1808". As anotações do SDM assinalam ainda que Giralles serviu nas "Embarcaçoens": "Nau Vasco / 5 / Janeiro / 1799 / Fragata Cisne / 15 / julho / 1801 / Nau Vasco / 19 / Abril / 1803 / Dita Nau / 17 / Abril / 1804 / Dita Nau / 25 / Feverº / 1806 / Fragata Andorinha / 3 / Outubro / 1808". "Teve baixa em 23 de Julho de 1811". A propósito do "Curso de Matemática de Bezout", seguido por Giralles, impõe-se esclarecer: Étienne Bézout (Nemours, 1730 - Les Basses-Loges 1783) era um famoso matemático francês cujas obras, seguidamente reeditadas em seu e em outros países, mereceram alta consideração em Portugal, tanto na Universidade de Coimbra como nas academias militares (ver GRANDE Enciclopédia, p. 632, v. 4). Alguns livros de Bézout foram traduzidos para o português, inclusive os *Elementos de Arithmetica*, aliás adotados na Fortaleza das primeiras décadas do século XIX (ver GUIMARÃES, H. V. - Chefes de Polícia, p. 37). Giralles dever ter freqüentado aulas orientadas por obras de Bézout tais como o *Traité d'arithmetique à l'usage de la marine et de l'artillerie* ou o *Cours de Mathématiques à l'usage des gardes du pavillon de la Marine, avec un traité de navigation*, 1764/1769.

Trata-se de mapa litografado por Ant^o. Roriz de Araújo para o *Arquivo Militar* em 1833, do qual foram extraídas várias cópias, uma das quais se encontra na Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Nos comentários apostos à carta, afirma o autor: “Neste porto é difficil desembarque, elle se faz na baixamar pelo esforço / de quatro homens que entrão no mar até o pescoço com uma paviola onde collocão o que se quer na terra”. Esta concisa informação descreve resumidamente as dificuldades de desembarque no chamado “porto do Ceará”, que persistiram por longo tempo.

A legenda do mapa assinala: B - Ponta Mocoripe / C - Baixo do Meirelles / D - Dito da Estrella/ E - Logar de desembarque / F - Baixo do Sul / G - dito do meio / H - dito do Crauhata / I - Baixo dos Arpuadores / M- Dito da Velha / N - Pequeno Rio Jacarecanga/ O - Morro do Crauhatá [Caraubatá?] / A - Areia / L - lama / P - pedra (na legenda desta carta e de outras mais antigas, observar a toponímia, em boa parte preservada).

Joaquim Lúcio Araújo fez seu levantamento gráfico acompanhar-se de um curto relatório enviado ao Ministério da Marinha (Studart, G. - Datas e Factos, p.105-9), no qual comenta a situação particular de “quasi todo o littoral da Provincia do Ceará, onde o vento é sempre forte, e arrasta com sigo esta arêa”. Preocupado com o “melhoramento do porto da Capital”, propunha uma obra de elevação do respaldo do recife, a fim de que pudesse ser utilizado nas marés altas, obra a ser complementada com a construção de duas rampas de acesso.

Ao formular sua proposta alternativa, possivelmente Joaquim Lúcio Araújo se preocupava com minorar as dramáticas condições de desembarque dos passageiros no porto fortalezense, condições que podem ser visualizadas na gravura *A padiola*, apresentada por Kidder & Fletcher ²⁵ em seu livro *O Brasil e os brasileiros* (p.266 na tradução brasileira) e complementada com as explicações dos autores:

²⁵ Daniel Parish Kidder e James Cooley Fletcher, missionários protestantes americanos, visitaram o Brasil em diferentes épocas. A primeira edição do livro é de 1845, com autoria exclusiva de Kidder, aparecendo em 1857 a nova versão, ampliada com os acréscimos atualizadores de Fletcher. A última edição da autoria conjunta do livro data de 1868, ano quando ainda persistiam as péssimas condições do porto fortalezense. Na verdade, somente na década seguinte seriam tomadas medidas técnicas mais avançadas para atenuar o problema, sem contudo resolvê-lo.

“Um bote transporta os passageiros até a orla da praia. Uma espécie de cadeira municipal (padiola), bastante espaçosa para acomodar um par de pessoas, não muito gordas por se alimentarem de carne conforme os hábitos locais, é conduzida nas costas de quatro corpulentos escravos com água até o pescoço, sendo que as ondas, quando eles avançam em direção ao navio, passam-lhes por cima por todos os lados. Na forte correnteza que precede o quebra-mar, a cadeira recebe a preciosa carga de seres humanos e dinheiro, e é imediatamente levada para a praia”.

Infelizmente, dos arquivos do Serviço de Documentação da Marinha nada consta sobre José Lúcio Azevedo. Contudo, como se pode presumir, o jovem oficial não tinha ilusões quanto às dificuldades que enfrentaria para realizar a obra sugerida. Assim, aventava, como alternativa, se realizassem estudos portuários na Barra do Ceará, proposta aliás nunca reexaminada pelos pósteros, certamente em virtude da distância do local à pequena Fortaleza de então. O ancoradouro da Barra do Ceará, convém lembrar, já fora abandonado pelos holandeses de Matias Beck em 1649 por inviabilidade de acesso, decorrente do assoreamento da foz do rio provocado pelo desmonte das dunas sob a ação dos ventos.²⁶

- 052 (AHEx) - *Prospecto da Vila da Fortaleza de N.S. Assunção ou Porto do Ceará* (Ver Fig. 5)

Desenho sob n. 33 na Coleção Studart e sob n. 1037 no Catálogo da Mapoteca da DSGEx.

²⁶ Em dias mais próximos, ou melhor, em começo do século XX, uma vigorosa intervenção técnica talvez pudesse ter criado condições necessárias à localização de um porto na Barra do Ceará, recorrendo, por exemplo, à solução de aprofundamento da calha do rio, semelhantemente à empregada já em 1890 no rio Leça, em Leixões / Portugal. Ainda que o calado dos navios de hoje viesse a pedir desativação, pelo menos parcial, das instalações de um porto na Barra, teria este gerado prejuízos mínimos à estrutura urbana fortalezense. O estabelecimento do porto no Mucuripe, recebido com loas, foi um desastre para o zoneamento natural da cidade. Pior ainda, alterando as correntes marítimas, destruiu as praias da cidade e, além do mais, por ficar situado a barlavento e comprimido numa ponta, sem retroporto, quer dizer, sem possibilidade de expansão e de instalação de indústrias pesadas, principalmente a petroquímica, obrigou o governo estadual à recente implantação de um novo porto no Pecém.

Título completo: *Perspecto da Villa da Fortaleza de N. Sñr^a.D'Assumpção ou Porto do Seará.*²⁷

Dimensões: 58 x 40 cm. Aquarela sobre cartão, com belo colorido.

Trata-se de uma magnífica representação *à vol d'oiseau* da Vila do Forte nos anos iniciais do século XIX, talvez a primeira a dar idéia da organização espacial do pequeno aglomerado urbano.

Para melhor situar historicamente o precioso desenho, em que se misturam documentação cartográfica e aspirações artísticas, permitimo-nos externar algumas considerações, objetivando contextualizar nossos comentários.

Exceto o caso de cidades localizadas em vales, que podiam ser apreciadas do alto das montanhas circundantes, as vistas aéreas sempre dependiam da imaginação do artista, o qual, partindo de uma representação em planta, portanto, bidimensional e tomada ao rés do chão, procurava transformá-la numa visão em perspectiva, dando-lhe altura e profundidade.

Os desenhos de paisagens remontam à antigüidade. Paisagem, em desenho ou pintura, significando a representação de "países", não no sentido que este vocábulo veio a assumir entre nós, mas na velha acepção de zona restrita, de região, de local, de sítio, como aparece no *pays*, francês, ou no *paese*, italiano.²⁸ A busca da representação pictórica correlacionada com a realidade ambiental entretanto somente se operou no fim da Idade Média, ainda assim de modo primitivo, como se pode ver nos trabalhos dos irmãos sienenses Lorenzetti ou nos flamengos Van der Weyden, ora citados apenas pelo prestígio artístico de que até hoje desfrutam. Foi a descoberta das leis da perspectiva, no início da Renascença, principalmente da perspectiva com dois pontos de fuga, que permitiu montar paisagens mais comprometidas com o real. Surgiram então os desenhos e pinturas conhecidos pelos italianos como *prospetto*, vocábulo que penetrou no português traduzido por *pros-*

²⁷ Studart escreve *prospecto* (op. cit. p.352) e assegura que a Câmara Municipal possuía cópia desse desenho.

²⁸ A propósito de *país*, Alencar assim se expressa, usando linguagem antiga: "os habitantes deram o [ao Siupé] o nome de país da caça". (*Iracema*, p. 137).

pecto. Este termo, significando as elevações do edifício, quer dizer, suas fachadas, veio a adquirir conceito mais alargado, de vista de frente. Logo encontrou complemento na palavra *perspecto*, pertinente à visão cuidadosa do objeto, apreciado por todas as faces, mas também empregada de modo amplo, subentendendo uma vista global das faces pelas quais o objeto pode ser observado.²⁹ Como na época ainda não havia o avião, nem mesmo o balão, esse tipo de desenhos e pinturas passou a ser conhecido por “perspectiva a vôo de pássaro” ou, mais comumente, perspectiva *à vol d’oiseau*, em francês.

Representações de paisagens, como se declarou, nomeadamente aquelas com o ponto de estação colocado em altura, eram comuns já no fim da Idade Média, entretanto, ainda com resultados um tanto alheios à representação cabal da realidade física. A alta qualidade documental somente foi alcançada em dias posteriores, com destaque entre os holandeses, cujos artistas desejavam traduzir, graficamente e com abrangência, não apenas tranqüilas vistas rurais e urbanas de sua terra, mas também cenas e paisagens de regiões distantes e exóticas, neste caso, a fim de comprovar, aos investidores, o acerto das suas aplicações financeiras nos empreendimentos transoceânicos das companhias comerciais privilegiadas. Um pouco adiante, tocaremos levemente no assunto, ao comentarmos as gravuras holandesas que Maurício de Nassau mandou executar, objetivando oferecer descrição pictórica de regiões brasileiras, inclusive o Ceará. De qualquer modo, esses desenhos seiscentistas, preparados com objetivos documentais, não devem ser confundidos com muitas paisagens do século seguinte, ditas *pittorescas* (pinturescas), empolgadas com uma valorização da natureza, prefigurando alguns aspectos do comportamento romântico ou mesmo de certas correntes da estética moderna.

O *perspecto da villa da Fortaleza de N. Snr^a. D’Assumpção ou Porto do Seará* mostra, portanto, a frontaria da vila vista a vôo

²⁹ Prospecto e perspecto eram dois dos muitos latinismos postos em circulação nas línguas ocidentais nos dias da Renascença. No caso, derivações do verbo *spectare*, olhar, observar, ver. Assim, *prospectus* - visto de frente; *perspectus* - visto com cuidado (Faria, E. *Vocabulário latino*, p. 355). De *perspectus*, surgiu perspectiva, termo usual entre os arquitetos.

de pássaro, isto é, do alto, tomada no mar. A paisagem, do Mucuripe à Jacarecanga, é uma representação *naïve* da pequenina aglomeração urbana, porém tão significativa pelo que descreve quanto bela como composição pictórica.

O título da carta e as legendas aparecem no pé de página, designando - N^{os} / 1 Morro de Mocaripe / 2 Quarteis de Mocaripe / 3 Forte de S. Bernardo / 4 Forte da Carlota / 5 Forte de S. João do Príncipe / 6 Vigia de Mocaripe / 7 Ponta de Mocaripe / 8 Praia de Mocaripe / 9 Barra da Prainha / 10 Barra do Norte / 11 Arrecifes / 12 Trapiche / 13 Reduto da Prainha / 14 Prainha / 15 Caza da prensa de algodão / 16 Caza de recolher alvarenga / 17 Subida para a V.^a do Forte / 18 Barra do Riacho / 19 Fortaleza / 20 Contadoria e Quarteis de Infantaria / 21 Caza da polvora / 22 Igreja Matriz / 23 Morro do Crauata / 24 Serras de Marang / 25 Baixo de Areia / 26 Pedra da Velha / 27 Pedras de Meirelles.

O autor da perspectiva, sem dúvida o já mencionado Capitão Giraldes, apoiou-se na *Planta do Porto do Mocaripe da Capitania do Ceará Grande*, que consta da Colleção Studart sob n. 23 (op. cit. p.348), para desenhar aquele recanto, então bem distante do ancoradouro da vila. Em seguida, complementou as indicações da bacia marítima com dados extraídos de seus próprios levantamentos batimétricos, inserindo, finalmente, para a configuração material da vila, observações obtidas por vivência pessoal. Não apenas as circunstâncias indicam Giraldes como autor do desenho, mas também, em precioso esclarecimento, João Brígido afirma que o governador Barba Alardo “mandou estudar o porto da Fortaleza pelo capitão de fragata Francisco Antonio Marques Giraldes, que tirou planta delle, aliás a perspectiva da povoação, olhada do mar.” (op.cit. p.196)

Na legenda do desenho, as indicações aparecem numeradas. Assim, o *Mucuripe* (n^o.1) emerge como zona densamente fortificada, com quartéis (n^o. 2), concluídos em 1802 (em “6.9.1802”, afirma João Brígido, op.cit.p.196), e baterias construídas na mesma ocasião (início do século XIX). Eram, no caso, as Baterias de São João do Príncipe (n^o. 5), Princesa Carlota (n^o 4), [São Pedro do Príncipe], São Bernardo (n^o. 3), denominações que prestavam ho-

menagem aos príncipes João [VI], Carlota Joaquina e Pedro [II] e ao Governador da Capitania, Bernardo Manuel de Vasconcellos. Todas obras de defesa mostradas no *Perspecto* desapareceram, fato a propósito do qual assim se manifesta Carlos Studart (Fortificações, p.86): "Desguarnecidas no tempo da Regencia, quando foi promulgada uma lei mandando desarmar quasi todas as fortalezas do Imperio, cahiram as baterias em ruina, sendo depois soterradas pelas dunas litoraes." Desse ciclo de destruições, acrescentamos, de certo modo conseguiu porém salvar-se o Forte de São Luís, aliás não mencionado no *perspecto*, forte cuja base, de plano octogonal, foi utilizada em 1846 para construção do farol do Mucuripe. Sobre o Forte de São Luís, futuro farol, omitido no desenho de Giraldes, impõem-se intercalar alguns esclarecimentos, os quais serão apresentados apenas no fim destes comentários concernentes ao *Prospecto*, de sorte a não perturbar a seqüência enunciada no desenho.

A *Prainha* (nº 14), pequeno trecho de praia em remanso valorizada na vista da vila, sumiu aos poucos,³⁰ em decorrência das seguidas obras portuárias realizadas no local desde o último quartel do século XIX. Localizava-se entre o trapiche e a ponta de terra, ambos mostrados com evidência no desenho. Esta última, a ponta de terra, via-se continuada por uma seqüência de recifes, posteriormente encobertos por integração aos molhes construídos consoante os projetos dos engenheiros ingleses Neate e Hawkshaw, na década de [18]70.

O *Trapiche* (nº 12) constituía uma das tantas pontes de embarque e desembarque construídas de madeira e que se deterioravam com o passar do tempo. Ao pé do trapiche ficavam as instalações necessárias ao funcionamento do porto: o *reduto* [de

³⁰ O topônimo Prainha entrou em desuso aos poucos: havendo por bom tempo designado uma linha de bondes elétricos, permanece hoje apenas no nome da igreja de Nossa Senhora da Conceição do Outeiro da Prainha, aliás localizada no alto da colina, junto do antigo Seminário homônimo, portanto já afastada da praia. Ainda em termos da Fortaleza da primeira metade deste século, também desapareceu a denominação Outeiro, ou melhor, Outeiros, pois eram dois, o da Prainha e o do Colégio (dos Educandos, atual Colégio da Imaculada Conceição).

defesa da Prainha] ³¹ (nº. 13), a *Caza da prensa de algodão* (nº. 15), a *Caza de recolher a alvarenga* (nº. 16). A propósito de “trapiches”, como observação atualizadora, convém esclarecer que o último desses embarcadouros a funcionar na área, conquanto erguido em ponto um pouco mais a leste, foi inaugurado em 1906. Resolvido com estrutura metálica, algum tempo depois também já estava avariado, tendo ganho um revestimento de concreto em 1927, além de ampliado com extensa plataforma, à guisa de pseudo cais. O conjunto recebeu a denominação de Viaduto Desembargador Moreira da Rocha, presidente do Estado na ocasião, embora continuasse popularmente conhecido por Ponte Metálica. ³² Desativado após a construção do cais no Mucuripe, encontra-se totalmente abandonado, em vias de completa ruína.

Mais adiante, o desenho consigna a *Barra do Riacho* (nº. 18), local onde desaguava o riacho Pajeú. Entre o *Trapiche* e o começo do planalto em que a vila se assentou, havia muitas casas, algumas delas dispersas ao longo da suave ladeira de ligação com o alto. Exatamente no início da subida, erguia-se um “Sobradinho”, o mais antigo e então único da vila, provável residência do naturalista João da Silva Feijó, edificação que também aparece citada na planta de Giraldes e nos demais desenhos nela apoiados.

Consideramos o “Sobradinho” como “provável residência” do Naturalista, contrariando João Brígido, que localizava a morada de Feijó bem mais acima, no alto da ladeira, já em frente ao Quartel General, conforme explica: “Ainda em frente ao quartel se en-

³¹ Como já foi dito, o desaparecimento dessas pequenas obras de defesa foi rápido. Carlos Studart (Studart C. - *Fortificações*, p. 86) refere-se a “um fortim chamado naquela época ‘Reducto da Prainha’.” Sobre a matéria, recorre porém a João Brígido, autor, segundo o qual, o reduto era apenas “guarnecido com duas peças de pequeno calibre”. Carlos Studart (op. cit.) também lembra que a carta de Paulet, de 1818, já “não traz mais indicado o reducto da Prainha e em lugar dos fortes do Mucuripe há [apenas a palavra ‘Baterias’].”

³² A ignorância de alguns, sem qualquer razão, vem transferindo o nome da verdadeira “Ponte Metálica” (inaugurada em 1906) para a vizinha Ponte dos Ingleses (iniciada em 1921, com trabalhos logo interrompidos), esta aliás construída por Norton Griffiths & Cº, em *concreto armado*, pré-moldado, segundo cálculos estruturais do engenheiro britânico Ivan Cope...

contravam a casa e o sítio do naturalista Feijó, agora dos herdeiros de Manoel Franklin do Amaral e outros" (op.cit. p.206). Convém entretanto lembrar que a vila, nos dias da sua "Fortaleza de 1810", era formada praticamente por um conjunto de casas de taipa de barro, com piso de terra socada. Assim, o "Sobradinho" avultava como um marco arquitetônico, a ponto de merecer especial e repetida referência iconográfica. Consoante os desenhos, localizava-se na parte baixa da vila, provavelmente para desfrutar do uso farto da água que minava da encosta. Como as divisas meridionais do sítio do Naturalista atingiam o topo da colina, talvez neste ponto tivesse sido construída nova edificação, posteriormente conhecida por Brígido. Mais dúvidas aliás surgem quanto à determinação do local exato onde se levantava a residência de Feijó: é que, por se tratar de sobrado, isto é, morada com pavimento superior, o piso desse nível elevado teria fatalmente de ser edificado com madeira, sendo difícil ou até impossível ter ocorrido o emprego de outra solução construtiva. Por tal razão, o testemunho contemporâneo de Koster torna a matéria ainda mais controversa, ao afirmar que a casa dos governadores era a única edificação assoalhada na vila...³³

O *Caminho de subida para a V^a do Forte* (nº. 17), citado no desenho, refere-se nada mais do que à atual Avenida Alberto Nepomuceno, em cuja face leste se localizava o sítio de Feijó. Do Sítio, iria a ser tirada a água para uso público, cedida graciosamente pelo Naturalista, por via do já citado chafariz construído em 1813, no início da administração Sampaio, equipamento urbano por muito tempo memorado no nome da rua do Chafariz [atual rua José Avelino].

No alto da colina, vêem-se finalmente as instalações oficiais da pequena vila: a *Fortaleza* (nº. 19), a *Contadoria* e os *Quartéis de Infantaria* (nº 20), a *Casa da Pólvora* (nº. 21), a *Igreja Matriz* (nº 22), além do Morro do Crauata (este é nome de bromélia espinhosa de fibras têxteis, também conhecida por crauatá, crauhatá, croatá, crauá, croá, gragoatá, gravatá), mais distante. O "pau da

³³ No original, "boarded floors" (Koster, *Travels*, p.115). Comentários mais pormenorizados sobre o primeiro ou os primeiros sobrados fortalezenses fogem ao objetivo deste trabalho.

bandeira” aparece com destaque sobre o forte, mesmo porque, no dizer de Giraldes, se tratava de marco destinado à orientação dos navegantes. O *Perspecto* entretanto omite o Palácio do Governo e a Igreja do Rosário (todavia apontados no *Plano* de Giraldes), certamente por ficarem escondidos, quer dizer, por se elevarem atrás da linha de edifícios fronteiros, não sendo assim vistos do ponto de estação escolhido pelo artista. A *Fortaleza* (obra de defesa) mostrada no desenho, impõe-se assinalar, logo desapareceu, pois, estando arruinada, foi demolida e totalmente substituída por aquela com que hoje deparamos, começada a construir em 1812 por Silva Paulet, a mando de Sampaio.

Na bacia marítima fronteira à vila, o desenho evidencia os *Arrecifes* (nº 11), o mais longo deles aproveitado pelo projeto de Hawkshaw (1875) para construir o quebra-mar que lhe herdou o nome, popularmente conhecido como o “Paredão” do Poço da Draga, ambos, Paredão e Poço, hoje desaparecidos por apropriação da faixa marítima da cidade com obras privadas. Outros afloramentos marcavam a entrada do porto, cuja praticagem era feita pela *Barra da Prainha* (nº 9) e pela *Barra do Norte* (nº 10). No *Perspecto*, dando vida ao mar, o autor fez ancorassem ou circulassem pequenos barcos e vários navios de belo desenho, como a galeota que passa junto da *Pedra da Velha* (nº 26). As *Pedras de Meireles* (nº 27) também estão indicadas, ainda que em outro local, longe da praia.

Uma densa cadeia de montanhas serve de fecho à perspectiva, sendo porém nominada apenas a da direita, como *Serras de Marang* (nº 24). A importância conferida a esses acidentes geográficos tinha sua razão de ser, pois eram elas, as montanhas, a marca inconfundível de pano de fundo para quem se aproximava da vila por mar, conforme consta do depoimento de vários visitantes, inclusive dos já citados missionários americanos Kidder & Fletcher. É preciso ter em conta que esse conjunto de altas elevações (Aratanha, Maranguape, Juá, Conceição, Camará e, mais ao longe, Baturité), compondo à distância uma parede de serranias onduladas, é o único com que os navegantes praticamente deparavam entre a costa do Espírito Santo e a foz do Amazonas (mais à frente, porém ainda no Ceará, a Ibiapaba aparecia de topo aos viajantes,

figurando pois como um caso à parte, enquanto a serra da Uruburetama do mar, esmaecia ao longe)! Ao longo do mencionado trecho da costa brasileira, há muitos morros, porém não se vêem montes de 700 ou mais metros de altura, como são os que avultavam, no horizonte, à aproximação marítima da vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Sem dúvida, essa seqüência de montanhas há de ter impressionado os primeiros visitantes da costa cearense. Constituíam por certo o complexo orográfico registrado nas cartas marítimas antigas como Monte Delly, nome escrito sob diferentes variações e sobre o qual foram levantadas inúmeras conjecturas, sem conclusão definitiva, seja quanto ao significado da denominação seja quanto à exata posição das montanhas.³⁴

Concluídos os comentários, façamos agora as prometidas referências ao forte de São Luís do Mucuripe, omitido no *Prospecto*.

Na verdade, alguns historiadores cearenses falam no *porto* de São Luís do Mucuripe, mas não aludem propriamente ao reduto, provocando divergências que exigem longa nota explicativa. Como se disse, já havia um forte no Mucuripe, anterior às obras de Bernardo Vasconcelos, todavia não mencionado no desenho de Giraldes. Tratava-se do chamado "reduto de São Luiz do Mocuripe", sobre o qual se reporta com minúcias, em relatório de inspeção datado de 01.01.1800, o tenente comandante do Corpo de Artilharia, Francisco Xavier Torres, documento conservado no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, na pasta alusiva ao Ceará. O relatório anexa uma planta do reduto e outra da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Esta, na época, tinha reduzidas dimensões e exibia planta retangular, muito diferente, portanto, da atual fortaleza abaluartada, projeto e construção de Paulet (1812).

³⁴ Um resumo das divergentes hipóteses de localização do Monte Delly e das fantasiosas versões da origem do topônimo constam do artigo *Estudos Americanos*, publicado por Guarino Alves de Oliveira na Revista do Instituto do Ceará (88: 88-96, 1974). No entendimento do citado autor, o topônimo se referia à Serra de Maranguape.

Quanto ao reduto de São Luís, posteriormente desativado, sobre sua remanescente base octogonal, foram erguidas em 1846 as paredes do atual Farol do Mucuripe. Esta afirmação nossa se baseia tanto na semelhança da forma pouco usual do polígono como na medição, que efetuamos, da base do farol, cujos lados (do octógono) mostram exatamente os mesmos vinte palmos (4,40m) de comprimento indicados no desenho de Xavier Torres. Na ocasião, nas proximidades do farol, encontraram-se restos de fortificação antiga, talvez um parapeito de contorno do reduto ou, mais certamente, destroços mal aflorados de uma daquelas fortificações que aparecem no *Prospecto* da vila, estas sim, construídas por Bernardo Vasconcelos. Como o desenho de Xavier Torres não mostra escala gráfica ou numérica, torna-se muito difícil reconstituir plenamente os restos das edificações de defesa militar do sítio. Resposta final às nossas indagações talvez pudesse ser obtida por via de prospeção arqueológica, à primeira vista inviável, tantas as modificações físicas impostas à área pela construção do porto do Mucuripe.

A denominação São Luís, conferida ao forte, subentende homenagem prestada a alguém, invocando-lhe o santo onomástico, como era costume na época. Homenagem, no caso, ao patrono da construção, por certo um dos dois capitães-mores da Capitania ainda vinculada a Pernambuco chamados Luís. Menos provavelmente a Luiz Quaresma Dourado (1751-1754) ou, quase sem dúvida, a Luiz da Mota Féo e Torres (1789-1799), este o último capitão-mor do Ceará subalterno, substituído que foi pelo Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos, primeiro gestor da Capitania já independente.

O Barão de Studart conhecia a edificação, conquanto sem nomeá-la por "Reduto de São Luís", pois, no trabalho *Azevedo Montauray e seu governo no Ceará*, afirma (Rev. Instituto do Ceará, t. 5: 14-5, 1891): "Para provar que tal reduto é do tempo de Montauray ou de seu imediato successor, Féo e Torres, valho-me ainda de outro documento" (Studart transcreve relatório datado de 1783, em que Montauray pede a construção de um 'forte ou reducto' na 'Ponta de Mocoripe'). E conclui, assegurando estar "provado que

no Mocaripe houve uma fortaleza antes de Bernardo Manoel governar o Ceará". Infelizmente, Studart não cita o nome do forte nem pede atenção para a forma octogonal de sua base e nem alude às relações do forte com o farol.³⁵ De qualquer modo, fica pelo menos subentendido que Luiz Féo e Torres foi homenageado ou homenageou-se a si próprio com o nome da obra proposta pelo seu antecessor, João Baptista de Azevedo Coutinho de Montauray, capitão-mor do Ceará de 1782 a 1789...

Entre as cartas remanescentes na Regional da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (Morro da Conceição / Rio de Janeiro), consta uma cópia do *Perspecto* feita em ferro-prussiato, certamente extraída de desenho feito em tela superposta ao original. Leva o número 425, mede 55 [60] x 35 [40] cm. e inclui legendas ao rodapé. Sem dúvida, deverá ser oportunamente incorporado ao conjunto preservado no Arquivo Histórico do Exército.

Por via de cópias, além do Barão de Studart, tiveram conhecimento do *Prospecto* e sobre ele escreviam outros pesquisadores locais, tais como João Brígido e Carlos Studart. Brígido, nascido em 1829, recorreu ao desenho de Giraldes na tentativa reconstituir em "A Fortaleza de 1810" o espaço e a vida social da vila no ano mencionado no título do trabalho (Brígido, *Ceará Homens e Factos*, p.196). Assegurando que a versão original do *Prospecto* estava guardada "no archivo militar do Rio de Janeiro", Brígido dizia possuir uma cópia ("nos extrahio uma cópia o distincto cearense capitão Antonio Americo"), à qual, sem dúvida, recorreu como fonte iconográfica.

• 075 (AHEx) - *Prospecto do Porto da Villa da Fortaleza*

Desenho sob n. 1038 do Catálogo da Mapoteca da DSGEx. Não consta da Coleção Studart.

³⁵ O coronel Annibal Barretto, no seu livro *Fortificações do Brasil* (p. 96), cita o forte de São Luís, datando-o de 1799 e tendo Xavier Torres como construtor. Laborou em equívoco quanto à data e à autoria da obra, talvez por não ter tido acesso aos documentos escritos e desenhos preservados em arquivos portugueses, apontados no presente trabalho.

Título completo: *RCl. 2ª. Na 2 Prospecto do Porto da Villa da Fortaleza da Capitª. Indep.ª do Seará G.ª que se tirou em 1811 por ordem do actual Governador Luiz Barba Alardo de Menezes.*

Dimensões: 51,5 x 34,0 cm. Cartão, colorido, com frisos de contorno. Carta dilacerada e colada em tela. Mar e céu têm a cor do próprio cartão.

Trata-se de provável versão original ou talvez mesmo o rascunho da carta n. 052, comentada anteriormente, pois as representações recorrem, dir-se-ia, a desenho um tanto canhestro (a carta 052, ao contrário, mostra desenho bem cuidado). Não possui legendas, talvez subtraídas por redução da prancha. Em ambas as cartas, conquanto ocupando posições diferentes, os navios são traçados com precisão e delicadeza, não obstante aparecerem com dimensões menores nesta última.

• 077 (AHEx) - *Planta da cidade da Fortaleza da Capital da Provincia do Ceará*

Carta sob n. 103 na Coleção Studart e sob n. 1039 no Catálogo da Mapoteca da DSGEx.

Título completo: *PLANTA / DA CIDADE / DA FORTALEZA / CAPITAL DA PROVINCIA / = DO CEARÁ = / LEVANTADA / POR / ADOLPHO HERBSTER / Ex-Engº. da Provincia e Archº. Aposentado / da Camara Municipal / 1888. Litografia a cores, "Gravé & Imprimé chez Becquet Frères, 37 Rue des Noyers, Paris.*

Dimensões: 80 x 83 cms. Escala 1:4 000.

Esta é a última de uma série de plantas da cidade executadas por Herbster durante quase quarenta anos de profícua atividade profissional, ora por determinação da Câmara Municipal ora por deliberação própria. Das cartas de Herbster, é também a única sobre a qual não pairam dúvidas quanto à autenticidade, pois, ante o fato de ter sido litografada, dela se conhecem inúmeras cópias extraídas mecanicamente, preservadas em arquivos oficiais e particulares. Conta-se todavia com duas edições da carta, visto que, além da versão conservada no AHEx, há uma outra, impressa por Burcke & Cie, também em Paris e datada do mesmo ano de 1888.

A seguir figuras referentes às
citações do texto

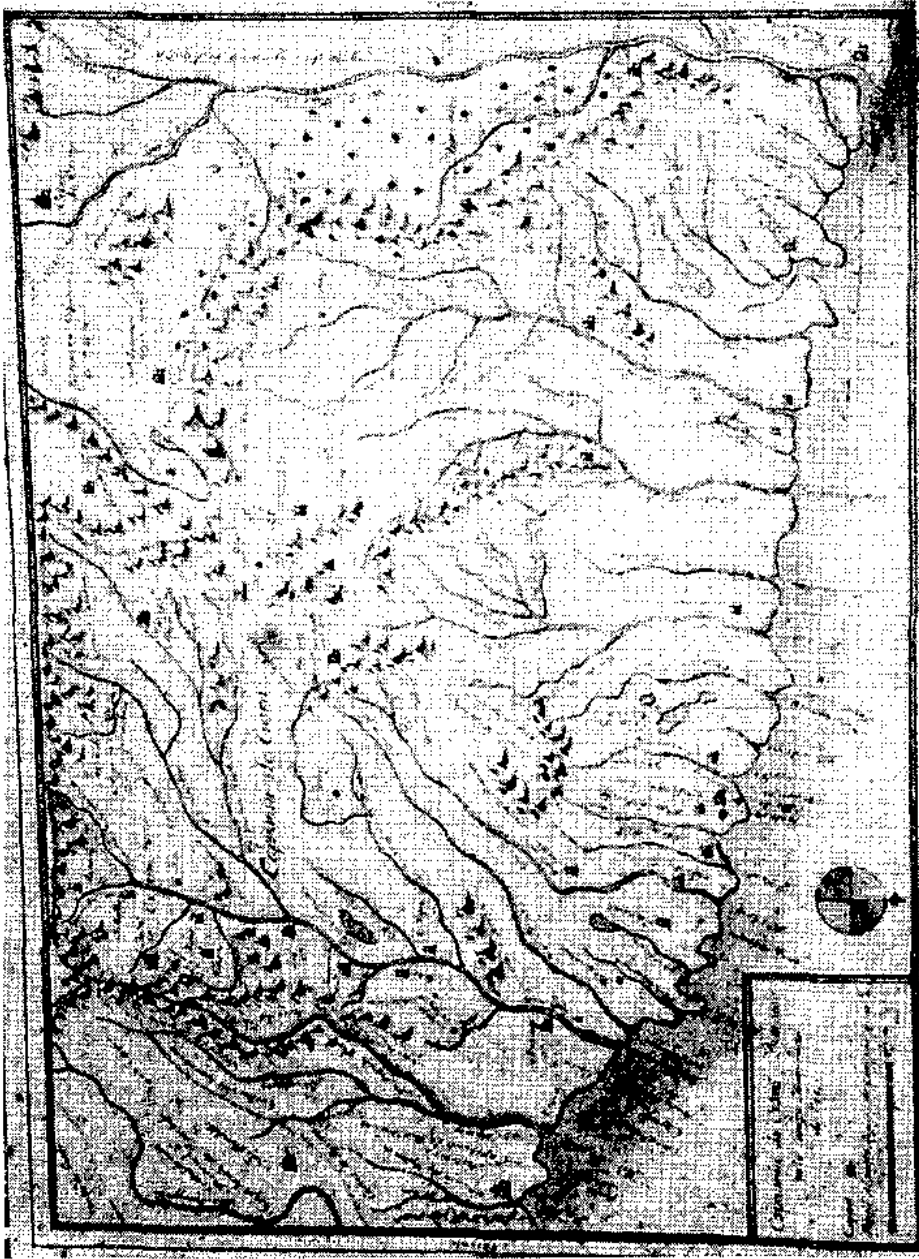


Figura 1 - Capitania do Ceará; Dividida/pelo Campo Iluminado de cor [sem data e sem autoria]



Figura 2 - Carta Demonstrativa da Capitania do Ceará [...] / Organizada e delineada / pelo Sr^{to} M^{te} Naturalista da mesma capitania João da Silva Feijó / - 1810.



Figura 3 - Carta topográfica / da / Capitania do Ceará / que a / SAR / o Príncipe Regente / Nosso Senhor / Dedica / Luiz Barba Alardo de Menezes / Anno / de / 1812. [atribuída a João da Silva Feijól.

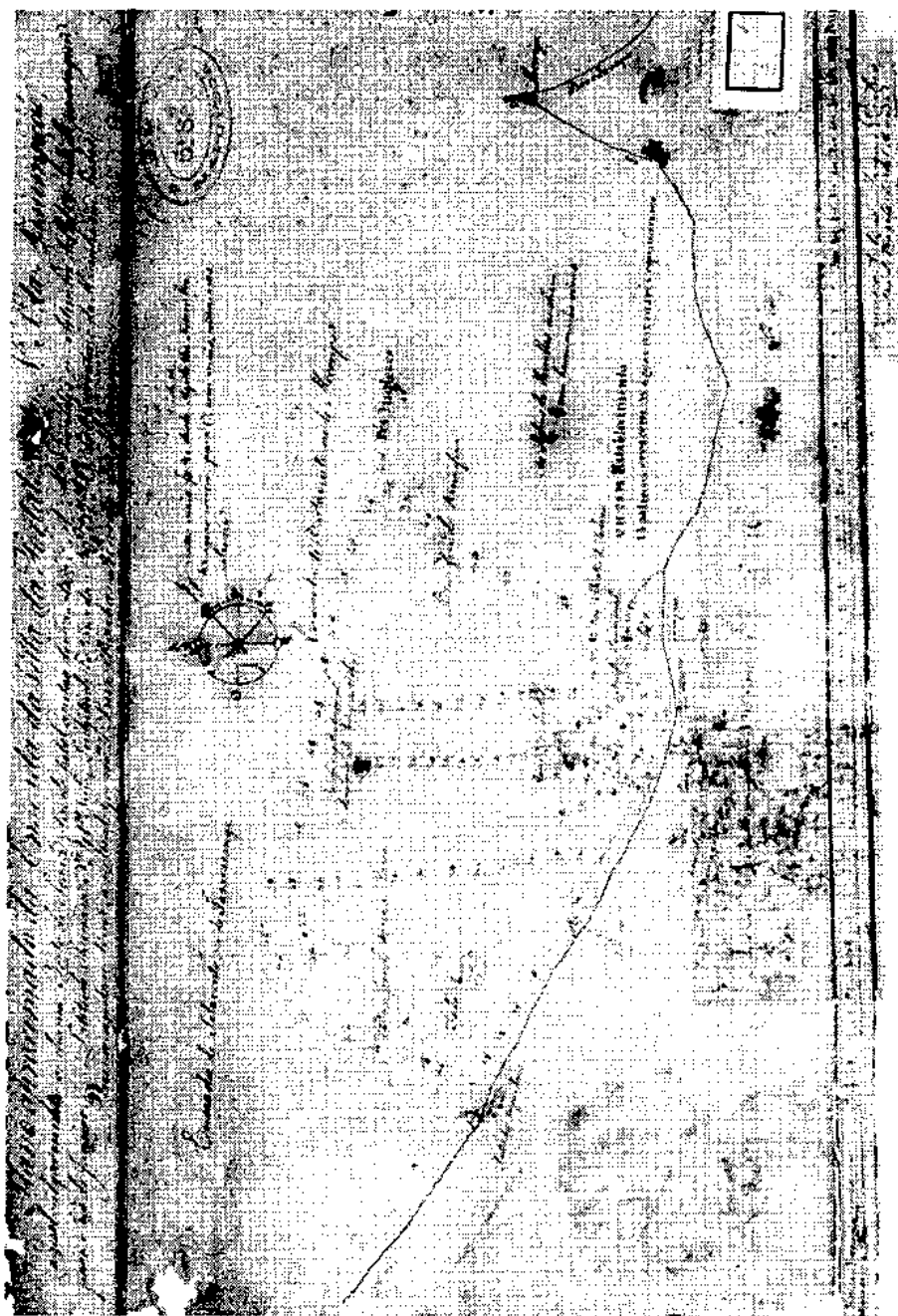


Figura 4 - Plano aproximado da Enseada da Vila de N. S. da Assumpção [...] tirado pelo Capitão de Fragata F^o [Francisco]. Altonio]. M[arques]. Giraldes em Setembro de 1810 [...] que mandou tirar o actual Governa.^o Luiz Barba Alardo de Menezes.

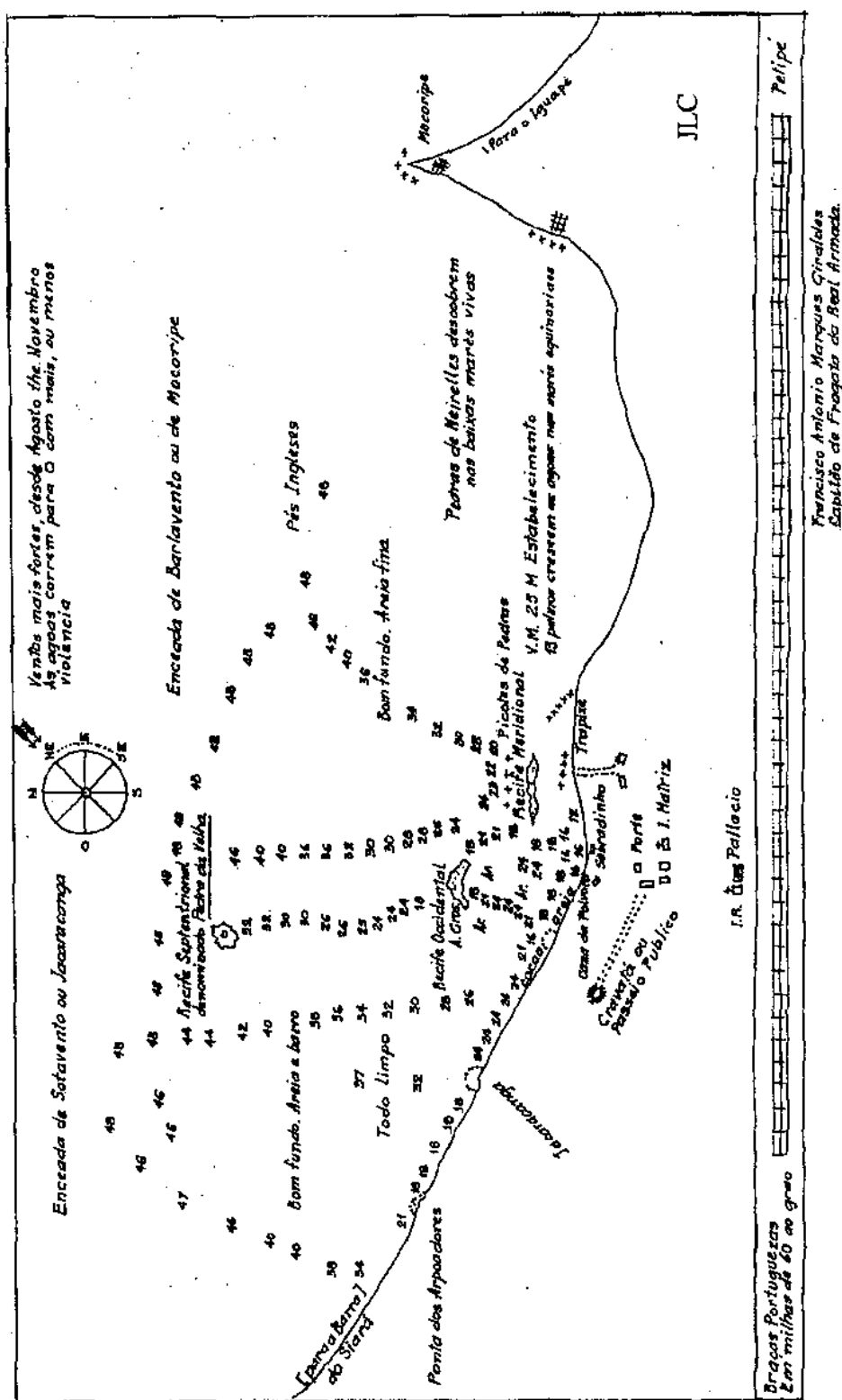


Figura 4a.

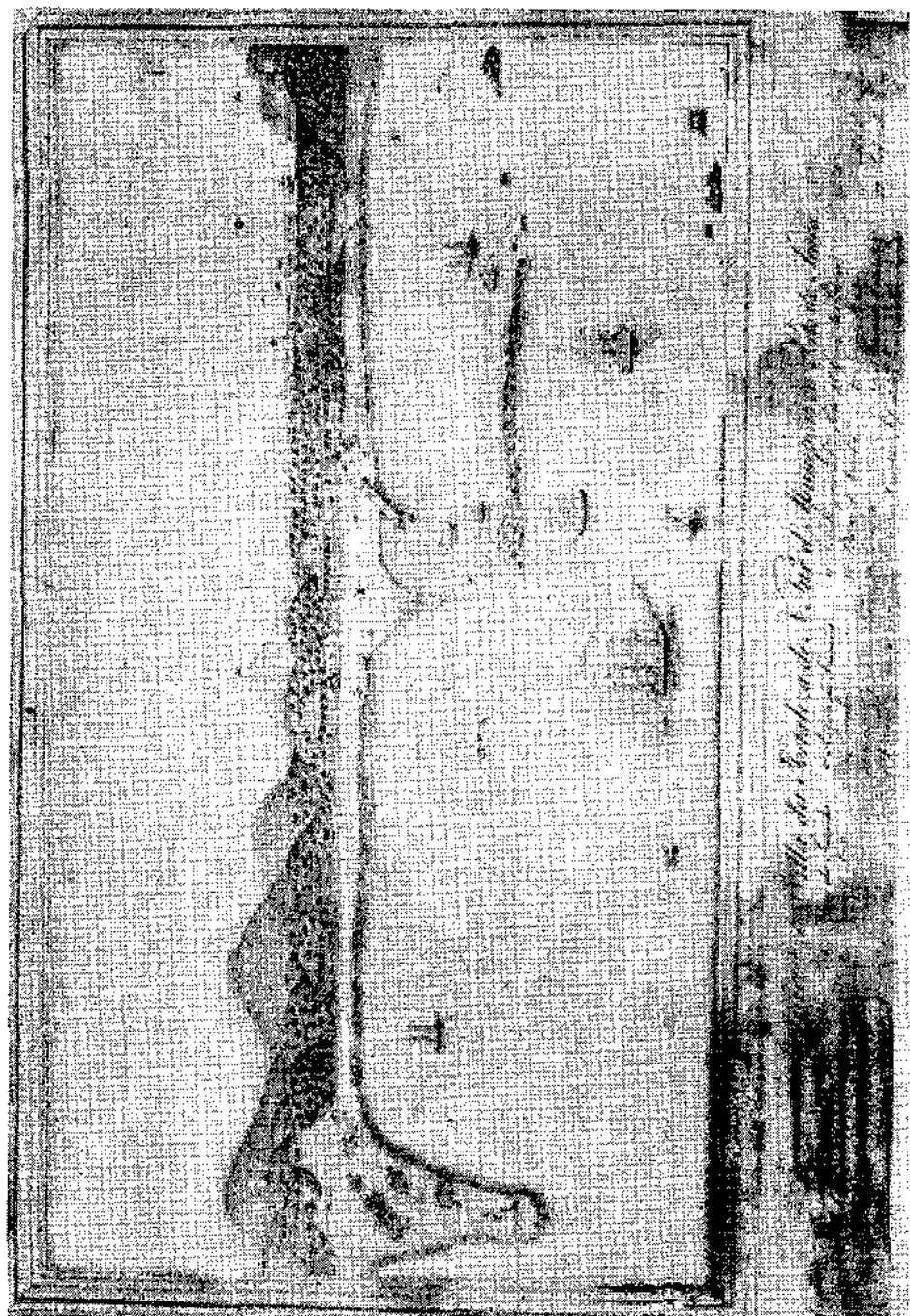


Figura 5 - Prospecto da Villa da Fortaleza de N. Sra^a d'Assumpção ou Porto do Ceará [Francisco Antonio Marques Giraldes. 1810].

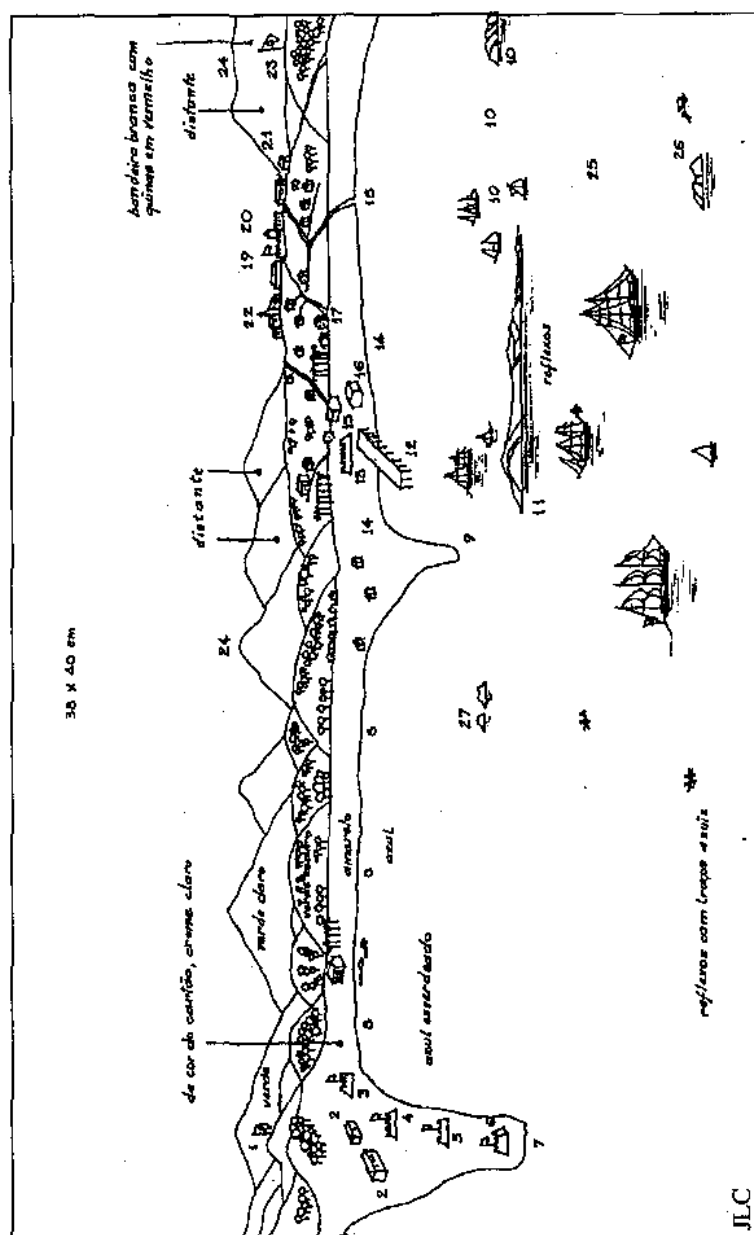


Figura 5a. - Desenho feito pelo autor do trabalho com objetivo de melhor entendimento da figura 5: "N^{os}. / 1 Morro de Mocaripe / 2 Quarteis de Mocaripe / 3 Forte de S. Bernardo / 4 Forte da Carlota / 5 Forte de S. João do Príncipe / 6 Vigia de Mocaripe / 7 Ponta de Mocaripe / 8 Praia de Mocaripe / 9 Barra da Prainha / 10 Barra do Norte / 11 Arrecifes / 12 Trapiche / 13 Reduto da Prainha / 14 Prainha / 15 Caza da prensa de algodão / 16 Caza de recolher alvarenga / 17 Subida para a V^a do Forte / 18 Barra do Riacho / 19 Fortaleza / 20 Contadoria e Quarteis de Infantaria / 21 Caza da pólvora / 22 Igreja Matriz / 23 Morro do Crauata / 24 Serras de Marang / 25 Baixo de Areia / 26 Pedra da Velha / 27 Pedras de Meirelles".

Quanto às demais cartas de Herbster, embora se possa admitir rigorosa transcrição documental, infelizmente são conhecidas por meio de cópias redesenhadas por terceiros.

João Adolpho Herbster (1826-1893) era um engenheiro pernambucano contratado pelo governo provincial do Ceará em 1855 e, logo em seguida, pela Câmara Municipal fortalezense, como arquiteto. Nesses dois cargos públicos bem como em atividades privadas, Herbster mostrou celebrada competência e dedicada ação profissional, tanto no campo do projeto arquitetônico como na construção civil, a par de se ter responsabilizado pela elaboração de inúmeros mapas urbanos, portuários e levantamentos gráficos de obras várias na Província. Como arquiteto da Câmara, foi figura marcante na manutenção e expansão do plano de traçado ortogonal proposto por Paulet em 1813, marca inconfundível da paisagem urbana fortalezense. Nome sem dúvida o maior na história da forma urbana da Fortaleza da segunda metade do século XIX, figura como provável autor do projeto da Assembléia Provincial do Ceará, edificação inaugurada em 1871 e inscrita como Monumento Nacional nos Livros de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.³⁶

• 012 (AHEx) - *Arx in Siará s/d*

Carta da Coleção Studart sob n.10 e sob n.1231 do Catálogo da Mapoteca da DSGEx.

A carta *Arx in Siará s/d* é uma cópia reprográfica de uma gravura do plano do forte português de São Sebastião, construído por Martim Soares Moreno na Barra do Ceará (1621-1631) e conquistado pelos holandeses em 1637.³⁷ Trata-se da gravura sob n. 25, inserida no livro *Rerum per octennium in Brasilia*, da autoria de

³⁶ Sobre Herbster, ver do autor o trabalho *Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da Cidade da Fortaleza*, apresentado na Revista do Instituto do Ceará (108: 43-90, 1994).

³⁷ A ordem de apresentação da *Arx in Siara* [Fortificação no Ceará] infringiu de certo modo o sistema proposto neste trabalho para arrolamento das cartas. Primeiro - aceitou a indicação "s/d", aposta à ficha respectiva, sem considerar a data de elaboração do desenho (1645). Segundo - incluiu-a na lista das cartas urbanas fortalezenses, sabido que a Barra do Ceará somente se conurbou com a capital cearense no século XX.

Gaspar Barlaeus, publicado em 1647, na cidade holandesa de Amsterdam. Barleus era o nome latinizado do cronista Gaspar van Baerle (1584-1648), contratado por João Maurício de Nassau (1604-1679) para escrever um panegírico à atuação do governante no Brasil. O livro almejava constituir um testemunho em defesa da administração de Nassau, não muito bem compreendida pelos investidores da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, que lhe haviam ordenado o regresso à Holanda em 1645. Escrito em latim, na tradução brasileira ganhou o título *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos ao Brasil*.

Das 55 pranchas do livro, apenas duas se referem ao Ceará, isto é - a citada *Arx in Siara*, sob n. 25, e mais uma outra sob n. 24. A prancha n. 25, como se disse, referente à planta da edificação, serviu de apoio à execução da prancha n. 24, a qual apresenta uma perspectiva do conjunto, tomada *à vol d'oiseau* e assinada por Frans Post (1608-1684). Pintor de amplos recursos e integrante da comitiva artística de Nassau, pôde Frans Post montar com técnica apurada uma versão tridimensional em perspectiva a vôo de pássaro do plano mostrado na gravura n. 25. Ressalte-se o fato de que o trabalho foi executado já em sua terra natal, visto o artista haver regressado à Holanda em 1644, um ano antes daquele que se acha consignado na gravura. A qualidade da perspectiva do Forte de São Sebastião, construído por Martim Soares Moreno, bem como de tantas outras incluídas no livro, comprova o tirocínio dos pintores e dos gravadores profissionais de meados do século XVII para realização desse tipo de trabalhos. Apesar da confiança que pode ser depositada nos cartógrafos holandeses, na planta n. 25 há enganos na localização de "montes" perto do forte, à margem esquerda do rio Ceará, quase à sua foz. Os verdadeiros "montes" seriam talvez as Serras do Juá, da Conceição, do Camará, aliás bem distantes, e não dunas próximas, como o desenho faz pressupor, dunas que se formariam à margem direita do rio, dado o sentido dos ventos.

c. Cartas de reduzidas áreas geográficas sem reflexos em formas urbanas

Podem ser incluídas nesse setor, as cartas que se referem de modo geral a enseadas e à foz de rios, quase todas situadas entre

a Cidade da Fortaleza e a divisa do Ceará com o Piauí, fato explicável, pois, no trecho mais norte da costa cearense, a navegação a vela sempre encontrou dificuldades, o que exigia, na época, dispor-se de uma exata noção de pontos marítimos onde os navios pudessem ancorar.

As cartas citadas sob números 007 - *Barra do Jaguaribe*, 008 - *Barra do Timonha*, 039 - *Enseada e Barra do Parazinho* e 044 - *Barra do Acaracu* (recopiada em 1870) formam parte de um conjunto de levantamentos realizados em 1825 por João Bloem, capitão do Imperial Corpo de Engenheiros. Bloem também efetuou levantamentos de outras enseadas e barras dos rios da costa cearense, como pode comprová-lo a listagem da Coleção Studart, em que estão assim enumerados: 48. *Enseada do Mocuripe*; 50. *Enseada de Jericoacoara*; 52. *Enseada e Barra do Aracaty-assu*; 53. *Enseada e barra do Mondauí*, todos datados de 1825.³⁸

Segundo Studart, João Bloem, alemão de nascimento, era brasileiro naturalizado, falecido em Porto Alegre em 1851 no posto de Tenente-Coronel de Engenheiros, tendo sido agraciado com as medalhas de Oficial da Ordem do Cruzeiro do Sul e Cavaleiro da Rosa. Naquele ano de 1825, marcado por dura seca, aparecia como um dos auxiliares de Conrado Jacob Niemeyer tanto nos serviços profissionais de engenheiro como nos fuzilamentos dos cabeças da Revolução do Equador no Ceará... (Studart, *Geografia*, p.358).

- 065 - *Mapa topográfico da Comarca do Crato*

Carta sob n. 61 da Coleção Studart e sob n. 786 Catálogo da Mapoteca da DSGEx.

Título completo - *Mappa Topographico / da / Comarca do Crato / Provincia do Ceará / indicando a possibilidade de hum canal tirado do rio S. Francisco no lugar Villa Boa Vista para communicar com / o rio Jaguaribe pelo riacho dos Porcos e o rio*

³⁸ Na Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (Morro da Conceição), Rio de Janeiro, há uma carta sob n. 426 - Título: Barra do Ceará, elaborada por Bloem "para o Presidente da Província José Feliz de Azevedo e Sá, março de 1825 / Copiada pelo Cap. Capitolino P. S. da Cunha". Dimensões: 50 x 50 cm.

Salgado, e figurando a planta de uma estrada para Icó, e a tapagem do / Boqueirão no Rio Salgado / por / M. A. de Macedo.

Dimensões: 34 [40] x 24,8 [31] cm. Litografia do Arquivo Militar, sem data (Studart diz datar de 1848). Petipé de vinte léguas.

Ao contrário dos anteriores, este mapa nada tem a ver com a costa cearense. Bem ao contrário, apresenta a zona do interior do Estado mais distante da praia e deve ser comentado pela novidade dos seus objetivos, considerada a época da proposição. Trata-se de bela gravura, na qual, sem dúvida, aparecem lançadas graficamente as primeiras propostas objetivas quanto à viabilidade de um sistema de transposição das águas do Rio São Francisco para os rios Salgado / Jaguaribe, proposto por Marcos Antônio de Macedo. O mapa tem como limites sul as localidades de Juazeiro, na Bahia, e Cabrobó, em Pernambuco, implantadas à margem do São Francisco, e Milagres e o Icó, situadas no Ceará, ao norte. Utiliza como vias de transposição o Riacho da Brígida, em Pernambuco, e o Riacho dos Porcos, no Ceará, interligando, portanto, o São Francisco ao Salgado, que é tributário do Jaguaribe. Idéia mais abalizada do projeto pode ser formada pela minuciosa descrição que dele fez Macedo em carta enviada ao engenheiro Fernando Halfeld, profissional de renome, altamente interessado na matéria.³⁹

A carta de Macedo a Halfeld, datada do Crato, de 8 de junho de 1853, foi publicada pelo Barão de Studart na Revista da Academia Cearense de 1897 (p. 199-206), com transcrição feita por pedi-

³⁹ Sobre Fernando Halfeld (Hannover, 1797 - Juiz de Fora, 1873), militar e engenheiro alemão naturalizado brasileiro, cuja solicitação motivou a carta de Macedo, permitimo-nos transcrever Pedro Augusto da Silva Telles: "O Rio São Francisco, o grande 'rio da unidade nacional', foi o principal alvo desses estudos [das "Comissões Imperiais"]. Entre 1851 e 1854, foi minuciosamente estudado, a mando do governo, pelo engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld, mais tarde um dos construtores e grande benfeitor da cidade de Juiz de Fora. Halfeld percorreu o rio desde Pirapora até o Atlântico, 'traçando a sua carta légua por légua', e produzindo um conjunto de mapas que é um primor de perfeição e capricho, tão fiéis como fotografia, como tivemos ocasião de apreciar na recente Exposição de Mapas, Cartas e Levantamentos, realizada pela Escola de Engenharia da UFRJ." (Telles, História da Engenharia no Brasil, p.436) Sobre Halfeld, ver também BLAKE, A.V.A. Sacramento, Dicionário v. 3, 223-5.

do de Domingos Jaguaribe Filho, cearense radicado em São Paulo. Exatamente na ocasião, Halfeld estava estudando a calha do Rio São Francisco, penoso trabalho de cartografia, traduzido por mapas e relatórios posteriormente reunidos no *Atlas e Relatório / Concernente a Exploração / do/Rio de S. Francisco / desde a Cachoeira da Pirapora / até o Oceano Atlântico./ Lavantado por ordem do Governador de S.M.I. o Senhor / Dom Pedro II / pelo Engenheiro Civil/Henrique Guilherme Fernando Halfeld/ em 1852, 1853 e 1854 / e mandado lithographar na Lithographia Imperial / de / Eduardo Diensburg / Rio de Janeiro / 1860*, obra magnífica, reimpressa em 1994 pela Empresa de Artes Projetos e Edições Artísticas, de São Paulo, em versão fac-similar, sob patrocínio da Mendes Júnior Siderurgia S/A.

Idéias sobre a transposição das águas do rio São Francisco já vinham sendo divulgadas desde o começo do século XIX, como o próprio Macedo o assinala na carta.⁴⁰ Posteriormente, outros projetos também foram propostos levando em conta dados mais precisos porque já formulados por engenheiros.

Marcos Antônio de Macedo (Jaicós / Piauí, 1808 - Stuttgart / Alemanha, 1872), de família cratense, nasceu acidentalmente no Piauí. Bacharel em direito pela Faculdade de Olinda, ocupou posições de relevo na vida política e administrativa do Ceará e do Piauí, tendo escrito importantes obras sobre a carnaúba (1867) e sobre o combate às secas (1871).

d. Cartas não cearenses

Conquanto guardadas no AHEx em gavetas referentes ao Ceará, não se relacionam com o território cearense as cartas sob

⁴⁰ Afirmava Macedo em sua carta a Halfeld: "De 1818 a 1820 andou n'esta comarca um frade carmelita de nome João, creio que de S. Roza, e pela primeira vez teve de falar na possibilidade d'este canal. De acordo com o Ouvidor José Raimundo de Passos de Porbem Barbosa foi examinar as localidades, e voltando calcularão a impreza em 2,500,000\$000, valor da moeda daquelle tempo. Consta que a dito frade endereçara a D. João 6º uma memoria falando acerca d'esta importante obra, e que o Rei na ocasião de sua saída para Portugal a encomendara a D. Pedro 1º. O certo é que este despachando Pedro José da Costa Barros para Presidente do Ceará deo-lhe instrucções mui positivas para vir ao centro e mandar proceder um exame sobre a possibilidade e vantagens da empresa".

números 013 - *Castrum Mauriti*⁴¹, em Alagoas), 041 - *Juazeiro*, na Bahia, 044 - *Colônia Militar do Capim Branco*, no Mato Grosso.

Sem indicações geográficas, há ainda a carta n. 045 - *Forte de Santa Teresa*, também não referente ao Ceará⁴². É este aliás o título completo da carta: *n. 045 - T 4ª FL 23 - Planta / do / Forte de Sª. Tereza / Levantada e desenhada pelo Sargento Mor Gradº do R.G. d'Engenºs João Vieira de Carvalho*. Dimensões: 46,0 x 27,5 cm.

e. cartas do século XX

Trata-se um conjunto de cartas cujo período de elaboração foge ao balizamento cronológico deste trabalho. A carta de n. 004 está datada de 1849 por engano, já que foi preparada pelo IBGE em 1949.

f. cartas de edificações

Da lista apresentada no item 4.2. f - alusiva a matéria alheia ao intento deste trabalho, circunstâncias especiais nos induzem porém a fazer curta menção de dois desenhos arquitetônicos pertencentes ao acervo do AHEx.

A carta *n.008 - Planta geral da Fortaleza de Assunção e suas dependências*, aliás, *Fortaleza d'Assumpção e suas dependencias* (84,5 [92] x [54,9] 62,5cm), datada de janeiro de 1880, merece ser citada não somente porque se trata de desenho de alta qualidade gráfica mas também por apresentar uma minuciosa planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e do quartel anexo, além de

⁴¹ Trata-se de gravura extraída de uma vista desenhada por Frans Post, intitulada *Castrum Mauritiy ad ripam Fluminis S. Francisci*, incluída sob n.17 no já mencionado livro do Barlaeus. A vista, executada com ponto de estação localizado na margem sergipana do rio São Francisco, mostra ao fundo a cidade alagoana de Penedo e o Forte Maurício.

⁴² Da longa lista arrolada pelo Coronel Annibal Barretto em seu livro *Fortificações do Brasil* (p. 293) consta apenas um forte de Santa Teresa, referido laconicamente: "Forte de Santa Teresa - Construído em 1762 ao sul da Lagoa Mirim". Estava o forte, portanto, localizado na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, aliás como faz subentender a legenda "acampamento do exército português", constante do desenho.

incluir trechos contíguos da cidade, devidamente definidos por dados cadastrais. O manuseio dessa carta, como da de nº 24 - *Projeto de um paiol da pólvora destinado à Capital da Província do Ceará*, datado de 10.06.1875 (89,5 [96] x 46 [52]cm),⁴³ elaborado com rigorosa concepção estrutural, despertou especial interesse no pesquisador, pois ambas foram executadas pelo então Capitão, depois Coronel de Engenheiros Carlos Eduardo Saulnier de Pierrelevée, maranhense radicado no Ceará, onde faleceu em 1907. Por singular coincidência, na casa de chácara, em chalé, propriedade sua no Benfica, hoje desaparecida, décadas após viria a funcionar a Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, fundada em 1964.

g. cartas gerais, cartas de outras fontes ou cartas não consultadas

Entre as cartas arroladas neste grupo, há uma, de n. 066, referente ao *Plano da Costa do Brasil desde o Ceará até a ilha de S. João 1790*, elaborada pelo 1º Oficial Piloto da Real Armada José Patrício de Souza.⁴⁴ A ilha de São João é Fernando de Noronha.

⁴³ A primeira tentativa de se construir "Casa de Pólvora" na cidade se deve ao governador Bernardo Manuel de Vasconcelos, de acordo com solicitação feita ao Secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar, datada de 1º de julho de 1800 (cf. doc. Arq. Hist. Ultramarino). O primeiro paiol foi construído junto do quartel e da Fortaleza, no atual Passeio Público, o antigo Largo do Paiol. Posteriormente foi transferido para o alto do morro do Croatá, em ponto correspondente ao início da Rua Dona Teresa, aliás outrora conhecida por rua do Paiol. Por fim, não propriamente como depósito de pólvora mas como *stand* de tiro, instalou-se em trecho então desabitado, na face interna do morro do Pirambu, ficando o local conhecido popularmente por Tirol, denominação, como se vê, que nada tem a ver com a província alpina da Áustria...

⁴⁴ Sobre José Patrício de Souza, constam dos arquivos do Serviço de Documentação da Marinha as seguintes anotações: "Jozé Patricio de Souza/Piloto dos Navios da Armada Real, e Pratico do Pará examinado pela Academia de Marinha foy Primeiro Official Piloto em 19 de Dezembro 1798 / Passou a Segundo Tenente em 13 de Mayo 1807. Teve licença para huma viagem em Navio de Commercio sem soldo vencendo antiguidade, principiada a contar em 5 de Novembro de 1808. Como Primeiro Official Piloto tem cinco embarques completos nos Navios da Armada Real / primeiro na fragata Minerva em 21 de Agosto de 1799, e o ultimo na charrua Princeza Real em 12 de Setbrº de 1805/ E como Off.º de Patente, na Escuna Curiosa / 20 outubro 1807. Falleceo em 11 Dezro 1811."

6. Cartas citadas no *Catálogo de Cartas Históricas*, hoje dispersas

Já ficou dito que algumas cartas listadas no Catálogo de Cartas Históricas da antiga Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército não foram encontradas no AHEx. À parte levantamentos já mencionados (7 mapas), de enseadas e foz de rios feitos por João Bloem em 1825, também não conseguimos localizar as seguintes cartas mencionadas no Catálogo:

725 - *Planta da comarca do Ciará Grande* e seguido pello sertão athe acidade da Bahia de Todos os Santos. / - Desenhado a mão e símbolos a tres cores. / - Petipé de vinte e sinco legoas.

779 - *Carta Geographica do Ceará* / - redigida segundo uma carta manuscripta, levantada em 1817 por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio. / Por Antonio José da Silva Gaulet [Paulet] 1831. Copiado do original pelo Major d'Ingenheiros Alfredo Carlos Muller de Campos. Archivo Militar - Julho de 1886.

1036 - *Plano do Porto e da Cidade da Fortaleza ou Ceará.* / - Escala de 1000 braças portuguesas. / - Fotografia.

No Arquivo Histórico do Exército há ainda outras cartas, entretanto sem interesse direto para os nossos estudos. Trata-se dos mapas em que o Ceará, ou melhor, o litoral do Ceará aparece integrado a amplos trechos da costa leste-oeste brasileira.

7. Considerações finais

As cartas ora comentadas, particularmente aquelas discutidas no item *b. cartas referentes à Vila [Cidade] da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção*, adquirem superior importância para a história da forma urbana fortalezense. As poucas referências gráficas feitas à vila, anteriores à independência administrativa da Capitania, perdem significado diante do *Plano aproximado da enseada da*

Villa da Fortaleza - 1810 (carta 014 / AHEx) e do *Prospecto da Villa da Fortaleza de N.S. Assunção ou Porto do Ceará* (carta 052 / AHEx, desenho sob n. 33 na Coleção Studart e sob n. 1037 no Catálogo da Mapoteca da DSGEx). Mais ainda, quando cotejadas com o encarte da *Carta da Capitania do Ceará e costa correspondente levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio, pelo seu ajudante de ordens, Antonio Jozé da Silva Paulet no Anno de 1813*, na qual aparece delineada, em encarte, a proposta de Paulet para o novo traçado ortogonal da vila, carta preservada na Mapoteca do Palácio do Itamarati, no Rio de Janeiro.⁴⁵

Com relação ao *Prospecto* desenhado por Giraldes, a bem da verdade, é preciso ser dito que anteriormente já havia sido tentada a elaboração de uma vista aérea da vila, então recém-criada pelo empenho de vários interessados, entre os quais o Capitão Manuel Francês. Referimo-nos ao desenho dito da *Villa Nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ceará Grande que S. Mag^{de}. Que Deos guarde foy cervido mandar criar em 1726*, conservado no Arquivo Histórico Ultramarino⁴⁶ em Lisboa.

Mandado elaborar pelo Capitão-mor Manuel Francês e apenso à solicitação enviada a D. João V em 1730 como dado comprobatório de serviços prestados à Coroa no Ceará, para os quais o Capitão pedia recompensa, particularmente nas despesas contraídas para ereção da nova vila, o desenho tem cunho absolutamente popular, constituindo mais uma representação alegórica do que propriamente um documento mapográfico. Não possui escala territorial e nem as edificações guardam proporções com o espaço ambiental, além de que as casas apresentadas nada têm a ver com a tipologia arquitetônica local, parecendo-se mais com pequenas moradas rurais das Beiras. No campo dessas concessões gráficas, impõe-se lem-

⁴⁵ Ver, do autor, Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da Cidade da Fortaleza (op. cit. p. 48-51).

⁴⁶ Este desenho foi divulgado pelo Padre Serafim Leite na sua *História da Companhia de Jesus no Brasil* (t.3, p. 83-5), entretanto com imagens em preto e branco. Trata-se, porém, de peça colorida (58 cm x 42 cm), por sinal vista e fotografada recentemente por um grupo de arquitetos cearenses em visita a Lisboa, entre os quais se incluía o autor deste trabalho.

brar que o desenho encomendado por Manuel Francês apresenta inúmeras casas com dois pavimentos, quando se sabe que os primeiros exemplares desse tipo de edificação residencial somente começaram a ser construídos nos anos iniciais do século XIX.

Por tal razão, preferimos considerar como a primeira carta a oferecer uma idéia da organização espacial da vila, aquela tirada por Giraldes em 1810, por pedido do governador Barba Alardo, bem como a sua versão tridimensional, o *Prospecto da Villa da Fortaleza de N.S. da Assumpção ou porto do Ceará* [ambas guardadas no Arquivo Histórico do Exército].

Bibliografia

- ALENCAR, José de. Iracema. São Paulo: Livro de Bolso, s.d.
- ALVES, Guarino. Estudos americanos. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 88: 88-97, 1974.
- ANNAES da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 9, parte 2, 1881-1882, 1881.
- ARQUIVO Histórico do Exército. Prospecto Informativo
- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, 5 v. Rio de Janeiro: Delta, 1964, 5. ed.
- AZEVEDO, Sânzio. *A padaria espiritual e o simbolismo no Ceará*. Fortaleza, IOCE, 1983.
- BARLAEUS, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc... Rio de Janeiro: MEC, 1940. Trad. Cláudio Brandão.
- BARLAEI, Casparis. Rerum per octennium / in / Brasilia / et alibi nuper gestarum / sub praefectura Illustrissimi Comitiss / J. Mauriti, Nassoviae, & Comitiss, / nunc Amsterdolum, Johannes Blaeu, 1647.
- BARRETTO, Annibal. *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1958.
- BASTOS, Margarida Almeida. Notas sobre a cartografia de Lisboa. In: *Cartografia de Lisboa Séculos XVII a XX*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 14-23.

- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Biobibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900 v.6 (reimpressão Conselho Federal de Cultura, 1970).
- BRÍGIDO DOS SANTOS, João. *Ceará - Homens e Factos*. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1919.
- CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da Cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 108: 43-90, 1994.
- _____. Cartografia urbana fortalezense na Colônia e no Império e outros comentários. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, Administração Lúcio Alcântara, março 1979 - maio 1982, p. 23-81.
- FARIA, Ernesto. Vocabulário Latino-português. Rio de Janeiro: Briguiet, 1943.
- FEIJÓ, João da Silva Feijó. Memória sobre a Capitania do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 3: 3-27, 1889.
- _____. Memória sobre a Capitania do Ceará e outros trabalhos. - Ed. Fac-sim. - Fundação Waldemar Alcântara: Fortaleza, 1977.
- _____. Memória sobre as antigas Lavras de Ouro da Mangabeira da Capitania do Siará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 26: 364-71, 1912.
- _____. Memória sobre o gado lanígero no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 28: 367-97, 1914.
- GRANDE *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s.d. v. 4.
- GUIMARÃES, Victor Hugo. *Chefes de Polícia do Ceará*. Fortaleza: Minerva, 1943.
- HALFELD, H. G. F. Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até o Oceano Atlantico... Lithografia Imperial de Eduardo Diensburg / 1860 / Rio de Janeiro. São Paulo, Empresa das Artes, 1994 (versão fac-similar).
- KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *O Brasil e os brasileiros*. São Paulo: Nacional, 1941, v. 2 (Brasiliana v. 205 A). Trad. Elias Dolianti.

- KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1816.
- LEITE, Serafim Pe. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugália & Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1943, v. 3.
- MACEDO, Marcos Antônio de. Carta a Fernando Halfeld sobre a canalização do rio São Francisco. *Revista da Academia Cearense*, Fortaleza, 2: 199-206, 1897.
- MENESES, José Luiz Mota & RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. *Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil, Séculos XVI, XVII e XVIII*. Recife: Pool, 1986.
- MENESES, Luiz Barba Alardo de Meneses. Memoria da Capitania do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 11: 36-60, 1897.
- NOBRE, Geraldo da Silva. *João da Silva Feijó: um naturalista no Ceará*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1978.
- NOGUEIRA DA FONSECA, Paulino. O naturalista João da Silva Feijó. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 2: 247-76, 1888.
- PAIVA, Melquíades Pinto - Os naturalistas e o Ceará: 1 - João da Silva Feijó (1760-1824). Fortaleza: *Revista do Instituto do Ceará*, 105: 21-44, 1991.
- RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e monopólio no Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- STUDART, Guilherme, Barão de. Administração Barba Alardo. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 22: 327-69, 1908.
- _____. *Datas e Factos para a História do Ceará*, v. 2. Fortaleza, Typ. Studart, 1896.
- _____. *Diccionario Bio-bibliographico Cearense*, v. 2, Fortaleza, Typo-Lithographia a Vapor, 1913.
- _____. Estrangeiros e Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 32: 191-268, 1918.
- _____. Geographia do Ceará - Cartographia, Mappas, Cartas etc referentes ao Ceará. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, 37: 335-84, 1923.
- STUDART FILHO, Carlos - Fortificações do Ceará. Fortaleza: *Revista do Instituto do Ceará*, 43-44: 48-94, 1929/1930.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX)*. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos, 1984.

Arquivos e bibliotecas consultados

Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa

Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro

Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro

Diretoria do Serviço Geográfico do Exército - Rio de Janeiro

Serviço de Documentação da Marinha - Rio de Janeiro

ABSTRACT

This work intends to make public and to analyse geographical maps related to the State of Ceará and to the city of Fortaleza preserved in Brazilian Army Historical Archives. It compares these documents to those presented in the Catalogue of Historic Maps, published in 1953 by the Army Geographical Directorate, and in the list of maps that constituted the former Studart Collection.

This work makes some remarks on that investigated documentation of special interest to the State of Ceará accomplished in the beginning and during the middle of the 19th century. It also includes, as explanatory complement, a photographic set of maps collected by the Army Historical Archives. Although that documentation was mentioned by some historians, those maps have never been published and now are being presented for the first time.